

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TENDÊNCIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO:
PIB CATARINENSE 2011- 2021

LUCAS CORREA DE SOUZA

FLORIANÓPOLIS SC, FEVEREIRO DE 2013

LUCAS CORREA DE SOUZA

**TENDÊNCIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO:
PIB CATARINENSE 2011- 2021**

Monografia submetida ao curso de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador:



Prof.º Dr. Valdir Alvim da Silva

Florianópolis (SC), Fevereiro de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **10,0** (dez) ao aluno **LUCAS CORREA DE SOUZA** na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva
Orientador – CNM/CSE/UFSC

Prof. Ms. Marcelo Raupp.
Membro 1 – CNM/CSE/UFSC

Prof. Ms. Guilherme Demos
Membro 2 – PPGE/CSE/UFSC

Florianópolis (SC), Fevereiro de 2013

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que colaboraram com a minha formação e com a elaboração deste trabalho. Em especial gostaria de agradecer ao professor Valdir Alvim, pela paciência e orientação para a realização deste trabalho.

Agradeço à UFSC pelos maravilhosos anos que a instituição me proporcionou, pela aprendizagem e pelas novas amizades. Aos professores do CSE que sempre se colocaram a disposição para ensinar e auxiliar nos momentos precisos. E aos funcionários do departamento, secretária e biblioteca universitária que sempre estiveram a disposição quando necessário.

Agradeço muito aos meus pais Sionésio e Marileia, meus irmãos, Bruno e Camila, minha namorada Maria Eduarda, meus amigos e todos aqueles que direta ou indiretamente auxiliaram e incentivaram a minha jornada nesta vida.

“O pensamento político está reduzido à economia, como se tudo pudesse ser calculado”.

Edgar Morin

RESUMO

SOUZA, Lucas Correa de. **Tendência do crescimento econômico: PIB catarinense 2011-2021**. Florianópolis, 2013. 83f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

A avaliação do cenário esperado para a economia catarinense e brasileira é de extrema importância para empresas, investidores, governo e pessoas que se interessam pelo assunto, de modo que possam analisar as principais premissas que norteiam a construção do cenário econômico para a próxima década. Entre essas premissas, é primordial discutir a evolução dos principais indicadores econômicos agrupados entre o setor externo, setor público e investimentos.

Neste trabalho buscou-se analisar o crescimento econômico catarinense para o período 2011-2021, tendo o PIB como o principal indicador. Dentro da perspectiva de que a economia catarinense esteve sempre articulada ao processo de industrialização ocorrido a nível nacional, mais do que a uma dinâmica interna específica de sua economia, analisou-se o crescimento econômico catarinense e brasileiro para o período 2000-2010, bem como a correlação existente entre estas economias, nacional e estadual. A partir desta perspectiva se baseou a projeção da economia brasileira para o período 2011-2021 buscando delinear a tendência do crescimento da economia catarinense para esta próxima década.

Para as projeções, não há considerações de que os países desenvolvidos sofrerão uma nova e prolongada recessão, apesar de crescerem a taxas moderadas nos próximos anos. É perceptível o aumento da participação dos países emergentes no PIB mundial. Santa Catarina terá o crescimento expressivo em termos de PIB total, apesar de ficar abaixo da média nacional. O PIB *per capita* surpreenderá, com níveis acima da média nacional e a indústria aumentará sua participação na composição do PIB.

Palavras-chave: PIB; Indústria; crescimento econômico; infraestrutura.

ABSTRACT

SOUZA, Lucas Correa de. **Tendência do crescimento econômico: PIB catarinense 2011-2021**. Florianópolis, 2013. 83f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

Forecasting Santa Catarina's and Brazilian economic situation as a whole its a major challenge due its severals well known benefits for enterprises, investors, government and the general public in a way that decisions on the present moment can be, somehow, guided by landmarks stablished troughout this ten year forecast of economic development.

On this study, one seek to measure and analyze the Santa Catarina State economic development through 2011 - 2021, using "PIB" as it's major indicator. Starting with the hipotesis that the State economic articulation was driven by the national industrialization level insted of it's own giving dynamics, a research was based on it's last decade (2000-2010) economic development as well on the existing correlation beetwen the booth dynamics of industrialization (State x Nation). So, based on the forecasted Brazilian economic development for the next decade, one proposes for the same period (2011-2021), to forecast the State economic development.

The dynamics of the forecast don't include possibilities such as recessions on major economies, even tough it's slow recovery can be seen, and a consense seems to be established of slow and graduate growth rates for year's to come. Thus, another consense seems to exist when it comes to gradual rise of the emerging countries weight on global wealth and economic development, in a way that a State like Santa Catarina will be able to have a expressive growth when it comes to PIB, but due to barriers, it's most certain to be below the national average.

The PIB per capita it's likely to boom, with it's above national average levels and the industrial capacity of the state it's likely to improve it's weight on nations PIB compared to these days.

Key-Words: PIB; Industry; economic development; infrastructure.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação % interanual do PIB Brasileiro e de Santa Catarina – 2003 a 2010.....	41
Gráfico 2 - Variação e índices de crescimento real do PIB <i>per capita</i> no Brasil – 2000 a 2009 .	42
Gráfico 3 - Evolução da Renda per capita do Brasil e de Santa Catarina (em R\$ corrente / ano – 2002 a 2010)	42
Gráfico 4 - Participação % de SC em setores no PIB: média de 2002 a 2009	44
Gráfico 5 - Participação relativa dos agregados do PIB pela ótica da produção no Brasil – 2000 a 2009.....	45
Gráfico 6 - Participação relativa dos agregados do PIB pela ótica da despesa no Brasil – 2000 a 2009.....	46
Gráfico 7 - Atividades industriais com maior participação na indústria de SC: Média 2005-2010	47
Gráfico 8 - Balança Comercial Catarinense de 2001 a 2011.....	50
Gráfico 9 - Crescimento das Exportações em Santa Catarina e Brasil – Acumulado 12 meses – 2002 a 2012	51
Gráfico 10 - Crescimento das Importações em Santa Catarina e Brasil – Acumulado 12 meses – 2002 a 2012	52
Gráfico 11 - PIB per capita (R\$ mil de 2010) em fim de período.....	60
Gráfico 12 - PIB Catarinense de 2002 a 2021 (valores correntes em R\$ milhões).....	65
Gráfico 13 - PIB per capita Santa Catarina e Brasil – 2010 a 2021	66
Gráfico 14 - Crescimento das Exportações anuais de Santa Catarina e do Brasil (%).....	69
Gráfico 15 - Crescimento das Importações anual de Santa Catarina e do Brasil (%)	69
Gráfico 16 - PIB e valor adicionado da indústria da transformação do Brasil, 1970-2010 – base 1970 =100.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	PIB de SC de 2002 a 2010 (Valores Correntes)	39
Tabela 2.	PIB a preço de mercado corrente e PIB per capita por estados do Sul do Brasil, de 2004 a 2009	40
Tabela 3.	Participação dos setores no PIB Catarinense de 2002 a 2009 (%).....	43
Tabela 4.	Municípios Catarinenses com Maiores Valores do PIB.....	49
Tabela 5.	Exportações catarinenses por categorias de uso de 2006 a 2011	53
Tabela 6.	Importações catarinenses por categorias de uso de 2006 a 2011	53
Tabela 7.	Taxas de Crescimento do Nível de Atividade (médias no período).....	59
Tabela 8.	Projeção de Investimentos no Brasil (% PIB)	61
Tabela 9.	Projeção de Indicadores Econômicos do Setor Externo (média por período)	61
Tabela 10.	PIB: Projeção da Participação Setorial Relativa	63
Tabela 11.	Projeção Populacional para os Estados federativos da região Sul e para o Brasil.....	64
Tabela 12.	Taxa de crescimento do PIB Catarinense (média do período).....	65
Tabela 13.	PIB: Participação setorial relativa (% PIB Brasil)	67
Tabela 14.	% PIB Indústria: Indústrias com maior participação no PIB (Média do período).....	67
Tabela 15.	Sumário Financeiro do Consolidado de Projetos (R\$).....	74
Tabela 16.	Gargalos de Carga e Descarga nos Portos Organizados – 2010 e 2020.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PIB – Produto Interno Bruto

FOB – *Free on Board*

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

MDIC - Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SECEX – Serviço de Comércio Exterior

PNB – Produto Nacional Bruto

IMB - Instituto Mauro Borges

FPE e FPM - Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

ONU – Organização das Nações Unidas

APLs - Arranjos Produtivos Locais

ADRs - Agências de Desenvolvimento Regionais

FBCF- Formação Bruta de Capital Fixo

PSI - Processo de Substituição de Importação

BRICS – Brasil, Rússia, Índia China e África do Sul

IED - Investimento Externo Direto

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	8
LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
CAPÍTULO I - ASPECTOS DA SOCIOECONOMIA DE SANTA CATARINA	13
1. Introdução	13
1.1. Contextualização do Tema e Apresentação do Problema de Pesquisa	13
1.2. Objetivos.....	16
1.2.1. Objetivo Geral.....	16
1.2.2. Objetivos Específicos	16
1.3. Justificativa	16
1.4. Metodologia	17
CAPÍTULO II - SOBRE PRODUTO INTERNO BRUTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20
2.1. Produto Interno Bruto: Indicador Abrangente dos Produtos e Serviços Finais	20
2.2. Definições de PIB: Fluxo, Renda e Atividades	20
2.3. Importância do PIB para Economia de um País	22
2.4. Diferença entre PIB e PNB e PIB Real e PIB Nominal	25
2.5. Limitações do PIB e PIB <i>per capita</i>	26
2.6. Sobre a Distinção entre Crescimento e Desenvolvimento Econômico.....	27
2.7. A importância do Desenvolvimento Regional para o Desenvolvimento Econômico	33
2.8. Polos Regionais de Desenvolvimento.....	35
2.9. Desenvolvimento Regional e Territorial em Santa Catarina.....	37
CAPÍTULO III - CRESCIMENTO DO PIB CATARINENSE E BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2000 A 2010	39
3.1. Crescimento do PIB Catarinense	39
3.2. Crescimento do PIB brasileiro	44
3.3. Crescimento da indústria catarinense e o PIB brasileiro	46

CAPÍTULO IV - PROJEÇÕES DO CRESCIMENTO PARA 2021	55
4.1. A Relação com o modelo de crescimento: Brasil e Santa Catarina	55
4.2. Tendência de crescimento econômico no Brasil para 2021	56
4.3. Projeções do crescimento do PIB Catarinense para 2021	64
CAPITULO V - LIMITAÇÕES PARA O CRESCIMENTO DO PIB NO BRASIL E SANTA CATARINA.....	70
5.1. Desindustrialização	70
5.2. Infraestrutura Logística	74
5.3. Custo Brasil	76
CONCLUSÃO.....	79
REFERÊNCIAS.....	82

CAPÍTULO I

ASPECTOS DA SOCIOECONOMIA DE SANTA CATARINA

1. Introdução

Se considerar os aspectos que influenciam a esfera econômica de Santa Catarina é possível perceber diversos indicadores positivos do crescimento da indústria catarinense, bem como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), exportação, investimentos em inovações, infraestrutura, entre outros.

1.1. Contextualização do Tema e Apresentação do Problema de Pesquisa

Santa Catarina (SC) é o décimo primeiro estado mais populoso do país, vigésimo com maior extensão territorial além de ser o nono mais povoado. Os índices sociais estão situados entre os melhores do país e está na sexta colocação entre os estados mais ricos da federação, com uma economia bastante diversificada e industrializada. Estas características, aliadas à qualidade de seus produtos, a constituem num mercado consumidor bastante forte, contribuindo de forma direta para a expansão econômica nacional.

Na avaliação da Secretaria de Estado do Planejamento, SC constitui-se num forte polo exportador, sendo o décimo estado que mais exporta em valores FOB, principalmente para EUA, Japão e América do Sul, entretanto, apesar de diversos indicadores positivos, possui participação ainda pequena em relação ao total exportado pelo Brasil, representando apenas 3,5% do total em 2011.

O estado registrou no ano de 2009 um PIB de R\$ 129,8 bilhões, o que representava apenas 4% do PIB nacional, valor menor do que no ano de 2005 e caindo da sexta para a oitava posição no *ranking* brasileiro. A indústria é a responsável pela maior parte da composição do PIB, tendo, entretanto a agropecuária importância fundamental para a economia catarinense.

O setor primário participa com 8,2%, o secundário com 32,8% e o terciário com 59%. Determinadas regiões do estado concentram setores industriais mais estruturados e especializados, como as de Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, São José, entre outras, sendo de fundamental importância para o crescimento do PIB de Santa Catarina.

Nas cidades-polos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é elevado beneficiando as regiões próximas a estas cidades. Porém as economias das regiões como Planalto Serrano, Planalto Norte e Extremo Oeste que dependem da agricultura familiar, apresentam IDHM muito baixos, com baixos níveis de investimentos, cujas consequências acabam ampliando a migração das pessoas. A migração ocasiona desequilíbrios populacionais com o inchamento nas grandes cidades e o esvaziamento das pequenas. Desta forma, apresentam situações socioeconômicas bastante avançadas umas frente às outras.

Apesar de SC possuir um forte perfil industrial em suas principais cidades, um dos principais fatores que limitam o crescimento da economia refere-se às condições de desenvolvimento da sua infraestrutura em termos de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos que não acompanham o grau de modernização da indústria catarinense, gerando gargalos e impedindo de certa forma o nível de crescimento esperado.

Outro fator bastante recente e que também reflete na limitação do crescimento do PIB catarinense é o reflexo do aumento das importações e da redução da participação das indústrias de transformação no PIB, e que se está convencendo chamar de “desindustrialização”. Alguns dados apresentados pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC, 2011) demonstram que no ano de 2011 as importações concentraram-se nos insumos que viabilizam a continuidade dos aumentos para produção, mais do que nas de bens de capital, máquinas e equipamentos, que ajudam a modernizar e dar competitividade ao parque fabril.

De acordo com a FIESC, nos últimos anos a indústria catarinense não seguiu o ritmo de crescimento da indústria brasileira. A avaliação da FIESC é a de que a competitividade internacional de Santa Catarina vem gerando consequências negativas, pelo fato de que há

uma década os artigos manufaturados e semimanufaturados respondiam por 75% das vendas externas do estado, enquanto em 2010 chegaram a apenas 56%. Outro dado preocupante para SC são os efeitos da crise internacional de 2008, onde a indústria catarinense obteve queda na produção acima da média brasileira e sua recuperação ficou abaixo da média em 2010.

Estes indicadores revelam uma mudança na composição do PIB identificado pelas necessidades que as empresas possuem em importar para se tornarem mais competitivas frente ao atual ambiente de negócios do país. Santa Catarina tem importância para a economia brasileira, mas ainda não se considera relevante no âmbito da economia nacional comparado aos demais estados brasileiros.

Seguindo esta especificidade detectada pelas análises da FIESC, observou-se a hipótese de que pode estar havendo uma superação da tese de que a economia catarinense esteve sempre “articulada ao processo da industrialização ocorrido ao nível nacional do que supostamente a uma dinâmica interna específica da sua economia” dada a “especialização regional” como componente das características históricas do seu desenvolvimento (CAMPOS, 2002).

Nesta perspectiva é possível perceber que Santa Catarina mantém um ritmo de crescimento do PIB atrelado ao crescimento nacional, apesar de algumas oscilações negativas sofridas nas últimas décadas. O peso maior encontra-se principalmente no custo Brasil, principalmente pela composição da carga tributária elevada, legislação trabalhista obsoleta, burocracia, custo elevado de capital além de outros componentes que tem impacto direto nos resultados das empresas (FIESC, 2011).

A questão fundamental do plano de investigação foi observar se o crescimento planejado manteve a tendência do ritmo de crescimento dos últimos 10 anos, de 2000 a 2010, ou se haveria ou não superação deste ritmo nos indicadores de resultado do planejamento governamental de longo prazo para 2011 a 2021.

Neste caso, se procurou identificar quais seriam as estratégias adotadas com o objetivo de minimizar a ação dos principais fatores que impediriam o crescimento do PIB, tais como infraestrutura, custos e seus impactos com o fenômeno da “desindustrialização”, bem como

observar as principais mudanças ocorridas na composição do PIB no período estudado e seus impactos para a tendência de crescimento planejado do PIB. Através desta pesquisa foi possível analisar a situação problemática da tendência de crescimento de longo prazo do PIB catarinense para o período de 2011 a 2021.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Identificar e analisar o comportamento do PIB do Estado de Santa Catarina na primeira década do século XXI e a tendência de crescimento para o período de 2011 a 2021.

1.2.2. Objetivos Específicos

1. Identificar as principais categorias e conceitos analíticos na perspectiva das teorias sobre Produto Interno Bruto e Desenvolvimento Econômico;
2. Analisar as variáveis e o comportamento dos indicadores que influenciaram no crescimento do PIB catarinense e brasileiro na primeira década do século XXI: 2000 a 2010;
3. Projetar o PIB catarinense para o período de 2011 a 2021 a partir do comportamento das variáveis e dos indicadores que influenciaram o crescimento do PIB entre 2000 a 2010 e a partir do crescimento do PIB brasileiro previsto para o período 2011-2021;
4. Analisar o comportamento das principais variáveis e indicadores projetados para o período de 2011 a 2021;
5. Descrever as principais dificuldades do governo que influenciam e restringem o crescimento do PIB para o período de 2011 a 2021;

1.3. Justificativa

O trabalho acerca da tendência de crescimento da economia do estado de Santa Catarina, além de ser bastante interessante e atual, é também um assunto de grande importância, pois afeta de maneira direta empresas, investidores, pessoas físicas e jurídicas, Governo, entre outros. Afeta a eficiência da economia catarinense e conseqüentemente a economia brasileira.

Alguns fatores ligados a “desindustrialização”, planejamento e políticas públicas, infraestrutura, indústria catarinense e suas características, entre outros, constituem temas fundamentais a serem abordados e extrema importância no crescimento econômico planejado. Desta forma o trabalho justifica-se por identificar e analisar a composição do PIB do Estado de Santa Catarina, bem como suas expectativas e composição num período de longo prazo, entre 2000 e 2021.

Neste trabalho foi realizada uma análise da trajetória do crescimento do PIB do Estado de Santa Catarina nos últimos dez anos, bem como as principais variáveis que influenciaram este crescimento. Percebe-se que SC apresenta alguns indicadores que precisam ser melhorados, tais como: aumento da importação de bens de capitais em relação à importação de insumos; expansão no crescimento do PIB de forma a ter uma maior representação da produção a nível nacional; aumento das exportações; entre outros fatores.

Através desta pesquisa avaliamos como será o ritmo de crescimento da economia catarinense nos próximos 10 (dez) anos, de 2011 a 2021; a composição do PIB frente aos setores primário, secundário e terciário; e as principais atividades industriais que influenciarão o crescimento, etc. Visto que não existem muitos estudos no estado sobre este tema, vê-se a necessidade de fazer uma análise sobre o crescimento planejado da economia do estado em relação à tendência ao crescimento do PIB em um período de longo prazo. O resultado do trabalho interessará aos economistas, políticos, empresários, estudantes ou qualquer pessoa que esteja interessada em compreender algumas das condições necessárias ao desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

1.4. Metodologia

Uma vez definidos os objetivos deste estudo, as abordagens utilizadas na pesquisa foram a qualitativa de cunho exploratório para analisar o crescimento da economia catarinense em relação ao PIB na primeira década do século XXI, de 2000 a 2010; e a abordagem quantitativa que serviu para identificar as tendências de crescimento do PIB de Santa Catarina para os próximos 10 anos, de 2010 a 2020.

O estudo qualitativo é o mais indicado por Godoy (1995), quando estamos lidando com problemas pouco conhecidos. A pesquisa exploratória visa promover o pesquisador de maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa, por isso é indicada por Mattar (2007) para os primeiros estágios da investigação da pesquisa, quando o pesquisador não tem conhecimento e/ou hipótese específicas.

A abordagem de cunho quantitativo caracteriza-se pelo método de pesquisa social utilizando técnicas estatísticas (MATTAR, 2007), ilustrando-as através de Tabelas e gráficos. Procurou-se enumerar e medir os eventos analisados, e desta forma explicar o comportamento e as tendências das variáveis e dados coletados, verificando as características, composição e as oscilações do crescimento do PIB catarinense no período de 2000 a 2010 e as expectativas do crescimento planejado para 2010 a 2020.

Visando alcançar os objetivos, o plano de descrição da pesquisa divide-se em cinco capítulos de modo a comprovar e apresentar respostas para a problemática, estruturado em cada objetivo específico. Para que os objetivos específicos desta pesquisa fossem alcançados, foram utilizados as bases de dados institucionais, disponibilizados nos sites das Secretarias de Estado de Santa Catarina, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), IBGE, FIESC, e SECEX, além de fontes secundárias documentais em livros, artigos, periódicos científicos, agências governamentais, seminários/palestras, instituições privadas, internet, entre outros.

O Capítulo I constitui-se dos aspectos metodológicos com a introdução do problema da pesquisa relacionado aos aspectos relevantes da socioeconomia de Santa Catarina, considerando o crescimento planejado entre os anos 2000 e 2010 e a tendência do ritmo de crescimento do PIB no longo prazo para 2011 a 2021.

No capítulo II desenvolve-se o primeiro objetivo específico, aonde serão apresentados as principais categorias e conceitos analíticos a partir das teorias sobre Produto Interno Bruto e Desenvolvimento Econômico. As categorias e os conceitos abordados referem-se aos temas que identificam as definições de PIB, sua composição e importância para economia, as diferenças entre PIB e PNB e as suas principais limitações.

Os principais autores pesquisados para estas abordagens foram Eliana A. Cardoso para se compreender o conceito de PIB na perspectiva da economia brasileira, Olivier Blanchard do ponto de vista da Macroeconomia, Marco Antônio Vasconcellos na perspectiva micro e macro e o PIB mensurado pelo seu valor de mercado da produção e seu fluxo por unidade de tempo em Carvalho, Gwartney, Stroup e Sobel. Sobre o tema Desenvolvimento Econômico os tópicos estudados se referem as noções de desenvolvimento e a importância da indústria para o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento regional e Polos industriais. Os principais autores para o desenvolvimento deste tópico foram Furtado; Krugman; Carvalho Jr, Cario e Seabra; Júlio Manuel Pires e Siqueira e Filho.

No capítulo III foi realizada análise gráfica visando solucionar o objetivo específico número 2 identificando as principais variáveis a partir de indicadores do comportamento do crescimento do PIB catarinense para o período de 2000 a 2010, bem como o comportamento do crescimento do PIB brasileiro para o mesmo período. As principais fontes utilizadas para coleta dos dados foram Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Federação das Indústrias (FIESC), Ministério da Indústria e Comércio (MDIC) e Comércio Exterior (SECEX).

No capítulo IV, foi desenvolvido os objetivos específicos 3 e 4, projetando e analisando as tendências de crescimento do PIB catarinense para o período de 2011 a 2021, sendo que os principais indicadores analisados foram selecionados a partir do valor esperado do PIB, sua composição, participação dos setores, atividades industriais mais influentes, entre outros.

Já no capítulo V foi descrito o objetivo específico 5, aonde será analisado os principais fatores que influenciam e limitam o crescimento do PIB esperado, levando em consideração a infraestrutura, o custo Brasil e o fenômeno da desindustrialização.

Por último o capítulo VI, que é dedicado às considerações finais com as principais conclusões do trabalho de pesquisa ao analisarmos a eficiência da economia no período de 2000 a 2010, identificando o comportamento das variáveis de tendência de crescimento do PIB do Estado de Santa Catarina para o período de 2011 a 2021.

CAPÍTULO II

SOBRE PRODUTO INTERNO BRUTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.1. Produto Interno Bruto: Indicador Abrangente dos Produtos e Serviços Finais

Para se aferir o crescimento de uma economia existem vários indicadores, tais como os números que descrevem a produção do cimento, de carros e de soja no país; os números de escolas e quilômetros de estradas que se construíram em diferentes períodos, e assim por diante. Na busca de um indicador mais abrangente que inclua todos os produtos e serviços finais, os economistas adotaram uma espécie de padrão que permite comparações entre países e períodos diferentes, ainda que sujeito a alguma margem de imprecisão. Trata-se do PIB-Produto Interno Bruto (CARDOSO, 1985).

2.2. Definições de PIB: Fluxo, Renda e Atividades

O PIB é um fluxo na perspectiva de Carvalho *et. al.* (2008). A definição de fluxo é uma relação feita com o fluxo de água por unidade de tempo que passa por um tubo, ou seja, para estes autores o PIB deve mensurar o valor de mercado da produção que flui por meio das fábricas e lojas da economia por unidade de tempo, como por exemplo, a cada ano ou a cada trimestre. Assim cada bem produzido aumenta o produto da economia pela quantidade paga pelo seu comprador. Com isso o total de gastos com todos os bens e serviços produzidos durante um ano reproduz o PIB anual.

O PIB é uma medida do produto ressaltado por Carvalho *et. al.* (2008), desta forma o PIB não é simplesmente a soma do total das receitas registradas em cada caixa registradora do país, num determinado período. Algumas observações de extrema importância devem ser levadas em consideração para que o cálculo do PIB seja feito corretamente. Primeiro que somente bens finais e serviços devem ser considerados de forma a evitar dupla contagem. Para isto deve-se diferenciar: bens intermediários dos bens finais; vendas nos estágios intermediários

de produção não podem ser contadas no PIB, porque o valor dos bens intermediários será incorporado ao valor do bem adquirido pelo usuário final; transações financeiras e transferências de renda não estão incluídas no PIB porque não envolvem produção; calcula-se somente a produção realizada dentro do país; e somente os produtos produzidos no período em questão são contados.

A definição de Produto Interno Bruto como a renda devida à produção é destacada por Vasconcellos (2007) dentro dos limites territoriais do país. Já para Blanchard (2007) o PIB é o valor dos bens e serviços finais produzidos em uma economia em um dado período. Vale ressaltar que é de fundamental importância a palavra finais, visto que se deve contabilizar apenas a produção de bens finais, e não de bens intermediários. Produto intermediário define-se como um bem agregado na produção de outro bem. Blanchard (2007) também define o PIB como a soma dos valores adicionados na economia em um determinado período, ou seja, é a soma dos valores adicionados por todas as empresas na economia. Valor adicionado, para o autor, é o valor da produção menos o valor dos bens intermediários utilizados na produção. Uma terceira definição de Blanchard (2007) para PIB é sob a ótica da renda, onde o PIB é a soma das rendas na economia em um dado período.

O cálculo do PIB sob a ótica da renda foi definida por Carvalho *et. al.* (2008) como a soma da remuneração dos fatores de produção utilizados na obtenção de todos os bens e serviços, durante o ano. A produção de bens e serviços geram custos, visto que os recursos devem ser desviados de sua melhor alternativa para a produção desses bens e serviços. Com isso estes custos geram as rendas dos proprietários dos fatores de produção.

Seguindo este mesmo raciocínio referente á estas definições de PIB, Eliana Cardoso (1985) destaca que o produto Interno Bruto é um indicador que visa expressar o nível de atividades de todos os setores da economia através de um único número, ou seja, a produção de todos os serviços e mercadorias finais dentro das fronteiras do país, em um determinado ano.

Blanchard (2007) retrata que a composição do PIB que os macroeconomistas costumam utilizar é composta pelas seguintes variáveis: o consumo é o primeiro componente do PIB, são os bens e serviços adquiridos pelos consumidores, sendo o maior componente do PIB; o

investimento é o segundo componente, às vezes é chamado de investimento fixo. O investimento é a soma da compra de novas instalações ou novas máquinas pelas empresas como a compra de novas casas ou apartamentos pelas pessoas; os gastos do governo constituem-se no terceiro componente, e são os bens e serviços adquiridos pelas esferas governamentais – federal; estadual e municipal. Deste total, para o cálculo do PIB, deve-se subtrair as importações e somar as exportações, ou seja, a balança comercial é um dos componentes na composição do PIB.

2.3. Importância do PIB para Economia de um País

O PIB é o principal indicador que mensura o potencial da economia de um país. As estatísticas sobre o PIB são acompanhadas por responsáveis pela política econômica, por empresário, investidores e pela comunidade financeira. O produto Interno Bruto revela a soma de toda a riqueza produzida por um país em determinado período. Esta riqueza são os bens, produtos e serviços.

O PIB foi concebido para medir o valor de bens e serviços produzidos no mercado, isto é, no setor de negócios. Apesar das dificuldades e limitações enfrentadas em seu cálculo, o PIB real provê uma medida razoavelmente precisa do produto de mercado de uma sociedade, bem como da taxa de variação dessa produção. (CARVALHO, *et. al.* 2008)

O cálculo do PIB é feito e divulgado pelo IBGE, no qual tem a missão institucional de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania. Cabe assim ao IBGE a manutenção e a atualização de nosso sistema de contas nacionais.

De acordo com Carvalho *et. al.* (2008), o PIB tem como principal atribuição acompanhar o desempenho econômico de uma sociedade. Esta estatística permite comparar o fluxo corrente de produção de bens e serviços de uma economia com o fluxo de produto em um passado recente. Esta informação disponibilizada pelo PIB já é bastante valiosa. Sem esta informação seria muito difícil que os responsáveis pela política econômica conseguissem desenhar políticas industriais e alternativas produtivas. Os homens e mulheres de negócios também teriam extrema dificuldade em determinar a direção futura da demanda pelos seus produtos.

Na visão de Cardoso (1985) a grande importância do PIB é que nos permite medir as depressões econômicas, bem como comparar o nível de atividade econômica em diferentes períodos. Com o indicador do PIB, é possível medir a taxa de crescimento e assim fazer uma comparação de crescimento com outras épocas ou outros países.

De acordo com Instituto Mauro Borges (IMB), o PIB além de medir a riqueza e mostrar a evolução dos agregados econômicos serve como um dos parâmetros para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, FPE e FPM, respectivamente. Segundo o IMB o PIB é um indicador de extrema relevância para a elaboração e planejamento de políticas públicas, bem como fonte de informação para pesquisadores e acadêmicos. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais, a utilidade desse indicador macroeconômico não se restringe ao âmbito público. O PIB pode ser amplamente utilizado por entidades privadas, estudiosos da realidade econômica e elaboradores de projetos, análises e canários.

Segundo o economista Fábio Martins Serrano (2009), o PIB representa também grande importância no mercado de ações, visto que é um primeiro indicador geral de desempenho de uma economia. Uma empresa situada em um país que apresenta um PIB em constante crescimento possui maiores probabilidades de crescimento, vendas e lucro do que uma empresa situada em um país que possui perspectivas negativas referentes ao PIB nacional, gerando desta maneira um alerta para o investidor. O país com PIB crescente atrai maior atenção de investidores do que aqueles sem perspectivas de crescimento. Um Produto Interno Bruto crescente reflete um país com economia aquecida atraindo maior confiança e credibilidade de investidores tanto interno como externo.

O PIB também representa uma aproximação do bem-estar da sociedade. Mais precisamente o PIB dividido pelo número de habitantes de um país, PIB per capita, realiza este papel, já que representa o nível médio de renda por habitante em um determinado país. Segundo a economista Beatriz David (2009), professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, os números revelados pelo PIB refletem na qualidade de vida da população. Isto ocorre porque quando um país está crescendo, maior é a produção, com isso a tendência é que mais

empregos sejam gerados, que os preços diminuam e que haja mais disponibilidade de produtos no mercado. De acordo com David (2009) o bem-estar não se deve apenas ao aumento da renda para consumo, mas também porque haverá mais produtos disponíveis para comprar. Outro ponto abordado por David (2009) é que como as empresas arrecadam mais, podem investir em melhorias no atendimento e serviços prestados ao consumidor.

Para Carvalho *et. al.* (2008) existem claras evidências de que o PIB *per capita* é um indicador geral do padrão de vida de uma população. É diretamente proporcional a relação existente entre o crescimento do PIB per capita no Brasil ao longo do tempo com a melhoria na qualidade da maioria dos bens consumidos pelos brasileiros, bem como a redução no número de horas de trabalho necessárias. Esta informação retrata que o nosso padrão de vida tem melhorado. Outros indicadores de qualidade de vida, como o aumento da expectativa de vida, mais tempo e dinheiro gasto em lazer pelos brasileiros, queda da taxa de mortalidade infantil, retratam a mesma informação. Comparações entre países também mostram uma forte relação positiva entre PIB per capita e os mais variados indicadores de bem-estar econômico.

Vale ressaltar que o PIB tem como sua principal atribuição mensurar o valor de bens e serviços produzidos no mercado, ou seja, o PIB não é uma medida de bem-estar ou da felicidade dos cidadãos, nem mesmo uma medida de bem-estar econômico. As atividades que influenciam o bem-estar das pessoas, tais como lazer e produção de bens e serviços no domicílio, são omitidos de seu cálculo. Este assunto será explorado mais adiante no capítulo que tratará das limitações do PIB.

Ao longo do tempo a produtividade do trabalhador médio cresceu substancialmente. Este aumento de produtividade do trabalhador é fator chave para aumentos de renda real e melhoria no padrão de vida. W. Michael Cox e Richard Alm (2000) usaram salários médios horários para computar o tempo de trabalho requerido para que um trabalhador pudesse comprar um conjunto de bens que adquirimos no dia-a-dia. A análise realizada pelos autores evidencia que hoje os trabalhadores são capazes de adquirir a maioria dos bens com muito menos horas de trabalho do que no passado. Essas reduções de preços ocorrem devido às melhorias tecnológicas na obtenção de produtos como microcomputadores, forno de micro-ondas, calculadoras, telefones celulares, entre outros. À medida que a produtividade do

trabalho cresce, a renda real cresce e o tempo de trabalho exigido para comprar bens e serviços cai. É justamente este processo que gera um aumento no padrão de vida, pois faz com que os trabalhadores tenham acesso aos bens considerados de luxo no passado, pois transformou o preço de semana ou meses de trabalho em algumas horas, para a maioria das pessoas.

2.4. Diferença entre PIB e PNB e PIB Real e PIB Nominal

É muito comum haver confusão entre Produto Interno Bruto e Produto Nacional Bruto. Ambos são importantes indicadores econômicos, porém o PIB é mais utilizado na maior parte do mundo, como por exemplo, no Brasil e Grã-Bretanha. Nos EUA temos um exemplo prático de utilização do PNB. A grande diferença entre ambos é que o PNB considera as rendas enviadas e recebidas do exterior, enquanto o PIB não considera. Ou seja, o PNB considera todos os valores que um país recebe do exterior, além das riquezas que foram apropriadas por outras economias, enquanto o PIB representa todas as riquezas produzidas dentro das fronteiras de uma região, independente do destino desta renda. O conceito de PIB também descarta a entrada de verbas do exterior. O que é levado em consideração é apenas aquilo que é produzido dentro das fronteiras da região ou país.

Nessa relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional bruto (PNB), de acordo com Blanchard (2007), as definições são diferentes, como visto, pois parte do produto interno é produzido com capital de posse de estrangeiros, enquanto parte do produto estrangeiro é produzido com capital de posse de residentes domésticos. No PIB a medida corresponde ao valor adicionado domesticamente, enquanto o PNB corresponde ao valor adicionado por fatores de produção de posse doméstica. Ou seja, para transformar o PIB em PNB é necessário adicionar os pagamentos de fatores recebidos do resto do mundo e subtrair os pagamentos de fatores efetuados ao resto do mundo. O PNB é o PIB mais os pagamentos líquidos de fatores do resto do mundo. O PIB é a medida mais utilizada atualmente, porém até a década de 90 o PNB foi o mais utilizado.

Para Blanchard (2007) o PIB pode ser nominal ou real. O primeiro é a soma das quantidades de bens finais multiplicadas por seus preços correntes. Porém, como a produção dos bens

aumenta ao longo do tempo e os preços da maioria dos bens também aumentam o PIB nominal geralmente aumenta ao longo do tempo. Desta maneira, como a intenção é medir a produção e sua respectiva variação ao longo desse tempo é preciso eliminar o aumento dos preços na medida do PIB, por isso a utilização do PIB real se torna mais interessante. O PIB real é calculado como a soma das quantidades de bens finais multiplicados por preços constantes, ao invés de utilizar preços correntes.

2.5. Limitações do PIB e PIB *per capita*

O PIB é uma medida da atividade produtiva que de acordo com Vasconcellos (2007) tem como objetivo propor que esta medida reflita alterações do padrão de vida e bem-estar da coletividade. Porém o PIB apresenta alguns problemas para aferir adequadamente a atividade produtiva ou econômica e conseqüentemente o real padrão de vida de um país. Neste sentido problemático, Carvalho *et. al.* (2008) alertam pra o fato de que para medir a produção e a renda correntes o PIB não é um bom instrumento:

Alguns itens que envolvem produção corrente são excluídos, porque seus valores são de difícil determinação. A introdução de novos produtos também complica o uso do PIB como medida de crescimento. Além disso, quando a produção de bens envolve efeitos colaterais negativos que não são totalmente registrados pelos preços de mercado, o PIB falha em nos dar uma medida acurada do nível de produto. Essas limitações são particularmente importantes, quando o PIB é utilizado como um indicador de bem-estar econômico e não como uma simples medida de produto de mercado ao longo do tempo entre países. (CARVALHO *et. al.*, 2008)

É nesta mesma linha das principais limitações do PIB que havia sido relatada por Vasconcellos (2007) de que dificilmente este indicador retrata as alterações de bem-estar. Isto porque o bem-estar é um conceito mais amplo, que envolve algumas questões como paz, igualdade de oportunidades, não violência urbana, bem como as condições de saúde, educação, distribuição de renda, entre outros. Segundo o autor é de extrema importância que exista a diferenciação entre Bem-estar Social e Bem-estar Econômico, sendo o primeiro utilizado num sentido mais amplo e o segundo medido pelo PIB do país.

Para Vasconcellos (2007) ainda, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o principal indicador para se avaliar o bem-estar do ponto de vista social. O IDH é um índice calculado a

partir de uma média de indicadores sociais e econômicos, tais como, taxa de alfabetização, nível de escolaridade, expectativa de vida e PIB per capita. Para o autor na grande maioria dos países existe alto grau de correlação entre a classificação a partir do IDH com a classificação pelo PIB per capita.

Vasconcellos (2007) alerta que o PIB, apesar da existência de algumas limitações, é um indicador operacional muito eficaz utilizado para realizar comparações internacionais, medir o crescimento ao longo dos anos e captar o grau de desenvolvimento social e econômico de um país.

Eliana Cardoso (1985) também considera que o PIB é uma medida imperfeita do bem-estar, ou seja, é necessário utilizar outros indicadores para avaliar a situação econômica, como exemplo, expectativa de vida do brasileiro, mortalidade infantil, nível de alfabetização, especialização da mão-de-obra, entre outros. Porém a autora ressalta que mesmo com altas taxas de crescimento e com emprego mais produtivo da força de trabalho, precisamos saber se o progresso se distribui de forma igualitária. Esta autora utiliza a distribuição de renda como uma das principais limitações do PIB quanto ao fato de esta medida representar alteração do padrão de vida e bem-estar da sociedade. Ainda segundo ela, este índice não significa que a renda de todos os brasileiros cresce na mesma proporção, ou seja, existem grupos que mais se beneficiam com o crescimento econômico do que outros. Para isto é preciso analisar a distribuição pessoal de renda, ou seja, verificar qual a proporção do PIB que coube a diferentes parcelas da população.

2.6. Sobre a Distinção entre Crescimento e Desenvolvimento Econômico

A ideia de crescimento econômico é recente para Paulo Cesar Milone (1998). Antes do surgimento do Capitalismo as sociedades encontravam-se em estágios comparativamente estagnados. Elas eram basicamente agrícolas, variavam pouco ao longo dos anos, com exceção da ocorrência de boas ou más colheitas, de guerras e de epidemias. Segundo Milone (1998) o capitalismo traz acumulação de capital e constantes mudanças tecnológicas, alterando de forma radical as estruturas destas sociedades. Para ele, uma sociedade cresce

economicamente quando ocorre acumulação de capital, crescimento da população e progresso tecnológico.

Já Kuznets (1971) conceitua crescimento econômico como o aumento do PIB em termos global e per capita, ao longo do tempo. Este autor afirma que a capacidade de crescimento baseada no avanço tecnológico exige ajustes institucionais e ideológicos.

Kindleberger e Herrick (1977, p. 511) consideram que o conceito de desenvolvimento econômico deve ser observado através do “aumento na produção acompanhado de modificações nas disposições técnicas e institucionais, isto é, mudanças nas estruturas produtivas e na alocação dos insumos pelos diferentes setores da produção”, ou seja, para os autores é necessário que exista crescimento para que haja o desenvolvimento.

Entende-se desta forma que o desenvolvimento econômico não pode ser analisado, somente, por meio de indicadores que mensuram o crescimento do produto ou do produto per capita. É importante a distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico.

O crescimento econômico é o aumento contínuo do produto nacional em termos global ou per capita ao longo do tempo. Já o desenvolvimento econômico vai além das mudanças de caráter quantitativo dos níveis do produto nacional, as modificações que alteram a composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia. De acordo com Kindleberger e Herrick (1977, p.514), o processo de desenvolvimento econômico ocorre quando existe ao longo do tempo crescimento do bem-estar econômico; diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade; e melhoria das condições de saúde, educação, transporte, entre outros. Desta forma pode-se concluir que é possível um país crescer sem se desenvolver.

Inovação, empreendedorismo e investimento são palavras chaves para que ocorra o desenvolvimento econômico, bem como ofertar à população um sistema eficiente de produção, circulação e distribuição de bens e serviços. Para Bresser-Pereira (2006) o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países que realizam sua revolução capitalista. O desenvolvimento econômico para este autor se caracteriza pelo aumento sustentado de produtividade ou da renda por habitante,

acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. O desenvolvimento econômico pode ser definido como um processo pelo qual a renda nacional real de uma economia aumenta durante um longo período de tempo.

Bresser-Pereira (2006) entende ainda que o desenvolvimento econômico está relacionado com o surgimento das nações e a formação dos Estados nacionais ou Estado-nação e também relacionado com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital, que ocorrem sob a coordenação das instituições e principalmente dos mercados relativamente competitivos. O desenvolvimento é, portanto, um fenômeno relacionado com o surgimento das duas instituições fundamentais do novo sistema capitalista: o Estado e os mercados.

Para que ocorra o desenvolvimento econômico é fundamental que as instituições garantam a ordem pública, a estabilidade política, o bom funcionamento do mercado e boas oportunidades de lucro que incentivem os empresários a investir e inovar. Por isso, para Bresser-Pereira (2006) é necessário que o Estado, na sua qualidade de instituição maior, seja forte, ou seja, tenha legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei.

Um Estado forte pode ser identificado pela relação entre a carga tributária e o PIB. Alguns exemplos de Estados fortes são os Estados Unidos, França e Suécia que possuem uma carga tributária em relação ao PIB de 30%, 45% e 55%, respectivamente.

O fator principal para determinar o nível de aceleração do desenvolvimento capitalista na concepção de Bresser-Pereira (2006) é a existência ou não de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Na medida em que uma sociedade nacional revela suficiente coesão quando se trata de competir internacionalmente, esta sociedade nacional aproveitará melhor os recursos e as instituições de que dispõe para crescer.

Como ressaltado anteriormente, o crescimento da produtividade de um país depende diretamente da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico à produção. Por sua vez, o investimento e progresso técnico dependem, em geral, da qualidade das instituições

formais, mais precisamente das políticas e leis, e da qualidade das instituições informais, ou seja, das práticas sociais ou usos e costumes que cada sociedade nacional estiver adotando. Quando uma sociedade é capaz de conformar essas instituições e políticas econômicas para que assumam o caráter de uma estratégia nacional de competição internacional, aumenta a probabilidade de que as taxas de crescimento sejam mais altas. Quando uma economia está em pleno processo de crescimento é sinal de que existe uma estratégia nacional de desenvolvimento, que seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando de forma concertada na competição econômica com as demais nações.

Podemos observar o conceito de desenvolvimento econômico na visão de Bresser-Pereira (2006) como sendo um processo histórico deliberado de elevação dos padrões de vida que ocorre dentro de cada Estado-nação. É, portanto o resultado de uma estratégia nacional que tem os governantes como os líderes, os empresários e as burocracias do Estado como os principais agentes, e como forma de realização a acumulação de capital e a incorporação de conhecimento à produção. Em cada Estado nacional a liderança é exercida pelo Governo, que age em estreita relação com os cidadãos e particularmente com os empresários no processo de definir políticas econômicas e instituições legais que promovam o investimento e o aumento da produtividade.

O desenvolvimento econômico ocorre por etapas. Em um mundo globalizado e um ambiente da rápida transformação tecnológica, as empresas se veem obrigadas a estar reinvestindo seus lucros, de modo a manter um crescimento constante evitando as estagnações. Em alguns momentos o desenvolvimento se acelera, indicando uma estratégia nacional de desenvolvimento, em outros momentos entra em estagnação, desta forma cada nação enfrenta o desafio de superar estas fases, redefinir estratégias e retomar o desenvolvimento.

Em suma, Bresser-Pereira (2006) vê que o desenvolvimento econômico promove a melhoria dos padrões de vida, mas não resolve todos os problemas de uma sociedade. Por isso ela é apenas um dos cinco grandes objetivos políticos a que se propõem as sociedades modernas ao lado da segurança, da liberdade, da justiça social, e da proteção do ambiente. Diversas teorias histórico-institucionais do desenvolvimento e da macroeconomia foram formuladas por grandes economistas como Schumpeter e Keynes, entre outros economistas que vêm

desenvolvendo teorias e estratégias de desenvolvimento. Teorias que levam em consideração as estruturas econômicas e as instituições, a sociedade e a política, o mercado e o poder, os interesses e as convicções republicanas dos agentes econômicos e dos formuladores de estratégias nacionais de desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento, que não são considerados ainda desenvolvidos, apresentam algumas características em comum de acordo com Milone (1998). As principais características em comum são: os baixos níveis de qualidade de vida; a pobreza e distribuição de renda; baixos níveis de produtividade, resultante da escassez de capital, do atraso tecnológico, falta de educação apropriada, falta de treinamento, habilidades entre outros; elevadas taxas de crescimento da população; elevados níveis de subemprego e desempregos, os principais fatores são o crescimento exagerado da população, excedente de mão-de-obra no setor agrícola, e urbanização e industrialização crescentes, porém insuficientes para ofertar o número de empregos desejados; dependência da produção agrícola e das exportações de produtos primários; e dependência e vulnerabilidade nas relações internacionais.

Em relação aos dois últimos pontos da dependência destacados, da produção agrícola e das exportações de produtos primários, e da vulnerabilidade nas relações internacionais, podem ser ainda vistos e atualizados na relação entre centro e periferia, conforme Cardoso relata:

A vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá, sob esse novo modelo, pelo estabelecimento de laços entre o centro e a periferia que não se limitam apenas, como antes, aos sistemas importações exportações; agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais. (LENZI, 2000 apud CARDOSO, 1993, p. 125)

De acordo com Carvalho *et. al.* (2008) o comércio internacional e a interação existente entre as diversas economias faz com que o progresso econômico ocorra de forma mais intensiva, tanto para as economias desenvolvidas quanto para as economias em desenvolvimento. As políticas realizadas que reduzem o fluxo de comércio internacional reprimem o processo de progresso econômico. Impostos sobre itens importados/exportados, restrições quantitativas de produtos importados/exportados, controle sobre a taxa de câmbio, entre outros, são algumas políticas que podem ser adotadas pelos governos para a redução do fluxo de comércio internacional.

Já na visão Cepalina, que tinha como seu principal objetivo descobrir as razões para os atrasos dos grandes centros na América Latina e encontrar reformas que possibilitassem a superação destes problemas, a relação existente entre centro-periferia tem dois objetivos principais, que são suprir os países centrais com mão-de-obra e matéria-prima. Esta relação faz com que os países periféricos dependam do desenvolvimento dos países centrais para o seu próprio desenvolvimento, ou seja, aumentam suas exportações de matérias-primas de acordo com o aumento da produção industrial dos países centrais.

Em oposição à tese da teoria do comércio internacional, a visão da CEPAL era a de que as economias periféricas não se tornariam nações desenvolvidas, caso fossem deixadas ao sabor das livres forças do mercado. Para Raul Prebisch, um de seus principais economistas, a política organizativa dos operários e empresários e a defesa da taxa de lucro pelos oligopólios dos países industrializados eram a causa da deterioração do intercâmbio entre produtos manufaturados e primários, cujo prejuízo se dava em relação aos últimos. Prebisch havia percebido uma desproporcionalidade entre as vantagens, o que significa que se precisava de uma quantidade cada vez maior de produtos primários e agrícolas para se conseguir o mesmo volume de produtos industrializados no mercado internacional. (LENZI, 2000, p.171)

Na visão de Lenzi (2000) o principal mecanismo de mudança para o desenvolvimento é o industrialismo. Com isso, mudanças modernizadoras acompanhadas da adaptação das pessoas a estas reformas são fundamentais para que ocorra o desenvolvimento. No Brasil, este paradigma de modernização ocorreu principalmente nas décadas de 1950 e 60 com ideias que surgiram na CEPAL, criada pela ONU em 1948, que mais tarde foram chamadas de “nacional-desenvolvimento”.

Para Vasconcellos (2007) a principal estratégia adotada pelos países em desenvolvimento até a década de 70 foi o processo de substituição de importações, ou seja, uma política protecionista focada na produção interna de bens antes importados. Os motivos para esta estratégia ocorrerem devido às guerras mundiais que paralisaram o comércio internacional, obrigando o desenvolvimento da produção para suprir o mercado interno. A partir dos anos 1980 a política de abertura comercial foi a estratégia mais adotada, principalmente pelos países asiáticos, que aumentaram sua participação no comércio internacional, reduzindo as barreiras de importações e aumentando as exportações.

2.7. A importância do Desenvolvimento Regional para o Desenvolvimento Econômico

Celso Furtado (1983) retrata que com a crescente integração da economia mundial, a criação das regiões preferenciais de comércio e o aumento dos fluxos comerciais recolocaram a questão do comércio internacional como um assunto de extrema importância no comércio inter-regional.

A integração da economia mundial superou as fronteiras nacionais na perspectiva de Clélio Diniz (2009) ao estabelecer um sistema de fluxos onde as localidades se articulam diretamente, recolocando a questão das economias de aglomeração e das externalidades como elementos centrais nos padrões locacionais e no sucesso competitivo.

Paul Krugman (1991) entra com uma nova teoria da relação centro-periferia, introduzindo concorrência imperfeita e economias de escala na geração de externalidades e dos retornos crescentes para explicar os padrões de concentração territorial da produção. Paralelamente a isto, a geografia econômica passou a buscar diferentes elementos explicativos segundo Stoper (1995), Swyngedouw (1989), Markusen (1985) e Brenner (1999), focando-a para o entendimento da reorganização territorial da produção à escala mundial.

Desta forma, na ótica regional, a economia é entendida a partir do somatório das atividades econômicas localizadas em determinados espaços onde se localizam essas atividades econômicas, podendo ser um município, estado ou mesorregião. Assim, o desenvolvimento regional pode ser entendido na perspectiva de Siqueira & Filho (2001),

(...) como uma política para melhorar as condições sociais da população e reduzir as diferenças entre as regiões, que a partir da avaliação do capital fixo, relacionado às empresas e à infraestrutura física e social, disponível em determinada região, pelo nível educacional da população, e pelos índices sociais e de renda. (SIQUEIRA; FILHO, 2001, p.79)

Por outro lado, de acordo com Júlio Manuel Pires (1998) é pelo fato de não existir barreiras em relação à migração e circulação de bens, serviços e capital, que a economia regional diferencia-se da economia nacional. Esta maior mobilidade de recursos permite maior influência de uma região sobre a outra, em virtude de atração de recursos produtivos ou

domínio de mercados, em virtude de dotações diferenciadas de recursos naturais, tamanho de mercados consumidores, qualificação de mão-de-obra, entre outros.

Outro ponto abordado por Pires (1998) é o de ressaltar a importância das vendas externas à outras regiões para a consecução de níveis de crescimento econômico ascendentes. Esta abordagem da teoria da Base de Exportação constitui-se em produtos vendidos por uma região para outras regiões do mesmo espaço nacional ou para o exterior do país. Para o autor apenas o impulso externo é capaz de determinar alterações expressivas no nível de renda e emprego de uma região específica. Neste caso desenvolvem-se os centros nodais:

(...) a partir da base de exportação desenvolvem-se os centros nodais, que, devido a vantagens de localização, possuem custos de transferência e de processamento dos artigos exportados, transformando-se em importantes centros comerciais. Por meio desses centros são canalizados não só as exportações da região, como também são introduzidas as importações, sendo então distribuídas para as regiões circunvizinhas. Além disso, os centros nodais caracterizam-se também por desenvolverem indústrias complementares ao setor exportador. Ademais, desenvolvem-se também os serviços relacionados a esses setores que contribuem mais ainda para dinamizar tal região. (PIRES, 1998, p. 541)

Vale ressaltar que o papel da exportação não é exclusivo na determinação do nível de renda. Alguns outros fatores como gastos de outras esferas do governo na região, propensão a importar, propensão a consumir, investimento autônomo, crescimento da população, progresso tecnológico, entre outros, são variáveis de extrema importância que também devem ser consideradas.

Em relação ao Brasil, foi a partir dos anos 1970 que se promoveram políticas mais efetivas com a intenção de reduzir a concentração do desenvolvimento econômico, em particular da indústria, que se concentrava na região sudeste. Segundo Pires (1998) foi a partir do “Milagre Econômico” que existiu uma tendência de desconcentração da atividade econômica brasileira em termos inter-regionais, intra-regionais e intra-estaduais. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) teve extrema importância neste processo de transformação, visto que foi a partir deste plano que houve uma descentralização espacial dos investimentos programados. Neste caso desde a década de 70 é possível perceber uma desconcentração econômica das regiões e estados mais ricos do Sul/Sudeste para o Nordeste, Norte e Centro-Oeste e das áreas metropolitanas para o interior dos estados.

2.8. Polos Regionais de Desenvolvimento

De acordo com Perroux (apud. PIRES, 1998) os Polos Econômicos baseiam-se numa ampliação da concepção desenvolvimentista de Schumpeter que atribuía o papel dinâmico fundamental no capitalismo ao empresário inovador. Perroux ampliou esta visão atribuindo às unidades econômicas dominantes a capacidade de modificar as estruturas econômicas. Segundo o autor a unidade econômica pode-se constituir de uma firma, uma indústria, um complexo industrial ou mesmo um país ou um bloco de nações. A unidade dominante, ou unidade motriz, seria o elemento impulsionador fundamental para dinamizar o crescimento em outras regiões.

Porter (1989), estudioso dos processos de competição e competitividade, em seu estudo em dez países sobre os fatores explicativos dos fundamentos da competitividade de distintos setores, identificou como um dos principais fatores a existência de aglomerados produtivos ou Polos econômicos.

É de extrema importância a construção de condições competitivas a partir da organização das empresas sob a forma de Polos industriais. Carvalho Jr. *et. al.* (2007) consideram que as empresas que estão sob esta organização industrial aumentam as possibilidades de reforçarem as especializações produtivas, reduzirem custos de produção, desenvolverem interação com outros agentes, promoverem sinergias produtivas e participarem do desenvolvimento econômico regional, entre outros aspectos positivos.

Polos industriais estão inseridos em espaços territoriais delimitados e definidos, onde ocorrem diversas interações econômicas e sociais movidas por empresas, instituições e pessoas de forma ativa, em torno de uma determinada atividade econômica. Nesses espaços, diferentes agentes fornecem um conjunto de recursos – produtivos, tecnológicos, organizacionais e institucionais que possibilitam a ocorrência de benefícios decorrentes de economia de aglomeração, tais como redução de custos, sinergias produtivas e externalidades positivas. Sob esse contexto, as empresas constroem vantagens competitivas sustentadas não somente por ações individuais, mas também por ações coletivas envolvendo fornecedores, concorrentes e instituições de apoio. (CARVALHO JR *et. al.*, 2007, p. 127)

Tem-se observado ao nível mundial que a competitividade de regiões ou até mesmo de países está associado à realização das atividades concentradas em dado território, com a presença de grande número de agentes econômicos ligados àquelas atividades. Na história existem

situações como esta, por exemplo, na Inglaterra e na Itália pode-se observar esta situação a partir do século XVIII, porém recentemente estas práticas se tornaram mais comuns.

Carvalho Jr. *et. al.* (2007) ressaltam que no Brasil esta situação se torna realidade em toda a extensão territorial. Os Polos estão presentes em praticamente todos os estados, indo dos mais simples aos mais completos. Os Polos econômicos mais simples não proporcionam tantos benefícios quanto os Polos econômicos completos. Porém estes Polos simples tendem a fornecer as empresas algumas vantagens em relação àquelas empresas que atuam de forma isolada. Já nos Polos econômicos mais completos, ou seja, nos Polos estruturados, ocorrem economias de aglomeração, aonde devido à proximidade ocorre a interação de diversos agentes, tais como empresas produtoras, distribuidores, fornecedores de insumos, prestadores de diversos serviços associados à atividade principal, instituições de ensino e pesquisa, disponibilidade de mão-de-obra qualificada, além de organizações representativas dos interesses de agentes do Polo.

Entre as regiões brasileiras, a Sul situa-se na segunda posição no que se refere à produção de riquezas, vindo atrás da região Sudeste. Esta região que no passado era conhecida principalmente pela sua potência no setor agropecuário, no decorrer do século passado, acompanhando o processo de desindustrialização intensificado na segunda metade do século XX no Brasil, experimentou forte diversificação nas suas atividades produtivas, com a presença concomitante de atividades tradicionais e de atividades dinâmicas. (CARVALHO JR. *et. al.* 2007, p.130)

Num Polo industrial, a cooperação entre os agentes pode se dar de diferentes formas, como por exemplo: no âmbito produtivo são referenciais os processos de *just in time* e participação em parcerias produtivas; no setor tecnológico é a realização conjunta de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a troca de informações tecnológicas; no âmbito comercial são destaques a realização de consórcios de exportação e a promoção de eventos comerciais.

Um fator bastante positivo frente a esta cooperação entre os agentes é o que tende a elevar a segurança nas decisões tomadas, elevar a expectativa de rentabilidade e dividir os riscos do empreendimento. Enfim, criar condições para potencializar o crescimento das empresas no interior de um Polo industrial.

2.9. Desenvolvimento Regional e Territorial em Santa Catarina

No Sul, a realidade do estado de Santa Catarina encontra forte presença do Estado com o crescimento planejado, papel desempenhado pela Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial e subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, atuando estrategicamente para promover o crescimento econômico de forma homogênea em todo o estado catarinense, garantindo desta forma a redução das desigualdades e potencializando as vocações regionais.

Esta estratégia de atuação potencializa uma forte característica da economia industrial catarinense que está organizada na perspectiva dos Polos Econômicos, que fazem com que o estado mantenha certo crescimento equilibrado entre as suas diversas regiões.

No Oeste do estado se conformou o Polo agroindustrial; eletrometalmecânica na região Norte; o madeireiro no Planalto e Serra; o têxtil na região do Vale do Itajaí; o mineral no Sul; o tecnológico na Capital; e o Polo turístico em praticamente em todo o estado.

Segundo o Coordenador de Desenvolvimento Regional e Territorial, José Roberto de Araújo Cunha Júnior, para formatar ações coletivas voltadas ao desenvolvimento sustentável, a coordenadoria exerce suas funções junto a diferentes atores sociais, públicos e privados, que colaboram em seus respectivos campos de conhecimento, formulando políticas públicas compatíveis com as vocações, potencialidades e características locais, a partir de um modelo de desenvolvimento integrado.

A Coordenadoria atua institucionalmente baseada em duas vertentes principais, sendo elas as Vocações e Potencialidades Regionais e Incentivo ao Empreendedorismo. Na primeira vertente destaca-se a criação de novas oportunidades de desenvolvimento, na redução de diferenças socioeconômicas regionais do estado e no apoio aos municípios através de programas de incentivo a Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Incubadoras de Empresas, além de Agências de Desenvolvimento Regionais (ADRs).

A segunda vertente busca o incentivo ao empreendedorismo promovendo o fortalecimento da competitividade das empresas de forma articulada com entidades de representação empresarial e de ensino, pesquisa e inovação, com ênfase na defesa de micro, pequenas e médias empresas.

Esses arranjos institucionais constituem uma forte característica para a economia industrial catarinense. Eles atuam de forma a que Santa Catarina potencialize sua economia caracterizada pela divisão em Polos regionais de desenvolvimento, o que fazem com que o estado tenha crescimento do PIB mais equilibrado entre as suas diversas regiões.

CAPÍTULO III

CRESCIMENTO DO PIB CATARINENSE E BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2000 A 2010

3.1. Crescimento do PIB Catarinense

Segundo dados da FIESC (2012) Santa Catarina registrou em 2010 um PIB de R\$ 152,48 bilhões, representando a sétima colocação a nível nacional. De acordo com a tabela abaixo é possível perceber o crescimento do PIB catarinense na última década, saindo do valor de R\$ 55,7 bilhões em 2002 para R\$ 152,48 bilhões em 2010. A média de crescimento real anual do PIB de SC durante este período foi de 3,3%, o ano de maior crescimento foi em 2004 com 7,54%. Importante ressaltar que o PIB está diretamente ligado ao crescimento da população, que em 2010 era de 6,2 milhões de habitantes no Estado.

Santa Catarina passa a representar 4,04% do PIB brasileiro em 2010, que teve o valor de R\$ 3,77 trilhões. O crescimento de 2009 para 2010 superou a média nacional que foi de 3,7%. O PIB per capita, que significa o nível médio de renda por habitante, também obteve crescimento significativo no período de 2002 a 2010. O PIB per capita em 2010 foi de R\$ 24,398 mil sendo o maior da região Sul e o quarto maior do Brasil.

Tabela 1. PIB de SC de 2002 a 2010 (Valores Correntes)

<i>Ano</i>	<i>PIB Total (R\$ Bilhão)</i>	<i>PIB Per capita (R\$)</i>	<i>População (Hab.)</i>	<i>Varição % real do PIB Total</i>
2002	55.732	9.969	5.590.225	2,03
2003	66.849	11.764	5.682.236	1,05
2004	77.393	13.403	5.774.446	7,54
2005	85.316	14.543	5.866.568	1,56
2006	93.147	15.633	5.958.266	2,56
2007	104.623	17.834	5.866.487	6,00
2008	123.282	20.369	6.052.587	3,00
2009	129.806	21.214	6.118.743	-0,10
2010	152.482	24.398	6.249.682	5,40

Fonte: IBGE e SPG/DEGE/ Gerência de Estatística e Epagri.

A variação negativa do PIB real mostrada na tabela acima, referente ao ano de 2009, é consequência da crise internacional ocorrida no ano anterior. Esta atingiu diretamente a economia catarinense que obteve queda da indústria acima da média nacional e a recuperação ficou abaixo. O crescimento do PIB nos anos de 2010 e 2011 ainda sofrem influências da crise ocorrida em 2008. O PIB de R\$ 152,48 bilhões coloca Santa Catarina na sétima colocação em relação aos estados com maiores valores de PIB do Brasil. São Paulo possui a maior representação nacional, com uma produção quase dez vezes maior do que a Catarinense.

Apesar de SC ocupar a terceira colocação em relação ao PIB total frente aos demais estados do Sul do Brasil, o estado Catarinense possui a melhor relação de PIB total por número de habitantes, ou seja, como é possível visualizar na tabela abaixo Santa Catarina nos anos de 2005 a 2009 obteve valores de PIB per capita mais elevados do que Paraná e Rio Grande do Sul. A média de crescimento do PIB per capita Catarinense, no período de 2004 a 2009, foi de 11,9% ao ano, contra 8,36% e 10,77% do Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente.

Tabela 2. PIB a preço de mercado corrente e PIB per capita por estados do Sul do Brasil, de 2004 a 2009

	<i>Paraná</i>			<i>Santa Catarina</i>			<i>Rio Grande do Sul</i>		
	PIB Total (corrente) R\$ Milhão	PIB Total (corrente) % s/ Brasil	PIB per capita (R\$)	PIB Total (corrente) R\$ Milhão	PIB Total (corrente) % s/ Brasil	PIB per capita (R\$)	PIB Total (corrente) R\$ Milhão	PIB Total (corrente) % s/ Brasil	PIB per capita (R\$)
2004	108.699	6,15	10.725	70.208	3,97	12.159	142.874	8,09	13.320
2005	126.622	5,90	12.339	85.295	3,97	14.539	144.344	6,72	13.310
2006	136.681	5,80	13.158	93.173	3,90	15.638	156.883	6,60	14.310
2007	161.582	6,10	15.711	104.623	3,90	17.834	176.615	6,60	16.689
2008	179.270	5,90	16.928	123.283	4,10	20.369	199.499	6,60	18.378
2009	189.992	5,90	17.779	129.806	4,00	21.214	215.864	6,70	19.778

Fonte: IBGE

Segue abaixo a variação interanual do PIB Brasileiro e de Santa Catarina para o período de 2003 a 2010. No gráfico abaixo é possível perceber a relação direta existente entre a economia Brasileira e Catarinense. Para o período de 2000 a 2010 o PIB nacional obteve uma taxa média de crescimento de 3,5% ao ano. Em termos monetários o PIB passou de R\$ 1,17 trilhões no ano 2000 para R\$ 3,67 trilhões em 2010. As variações anuais em termos reais do PIB e PIB per capita apresentaram bastante oscilação com picos de alta e de baixa significativa em todo o período. Os picos de alta se destacaram nos anos de 2004, 2007 e 2010

com o PIB nacional na ordem de 4,9%, 6,1% e 7,5% respectivamente. Já as oscilações negativas se destacaram em 2001 e 2003 com PIB próximos a 1% e em 2009 atingindo valores negativos de -0,3%.

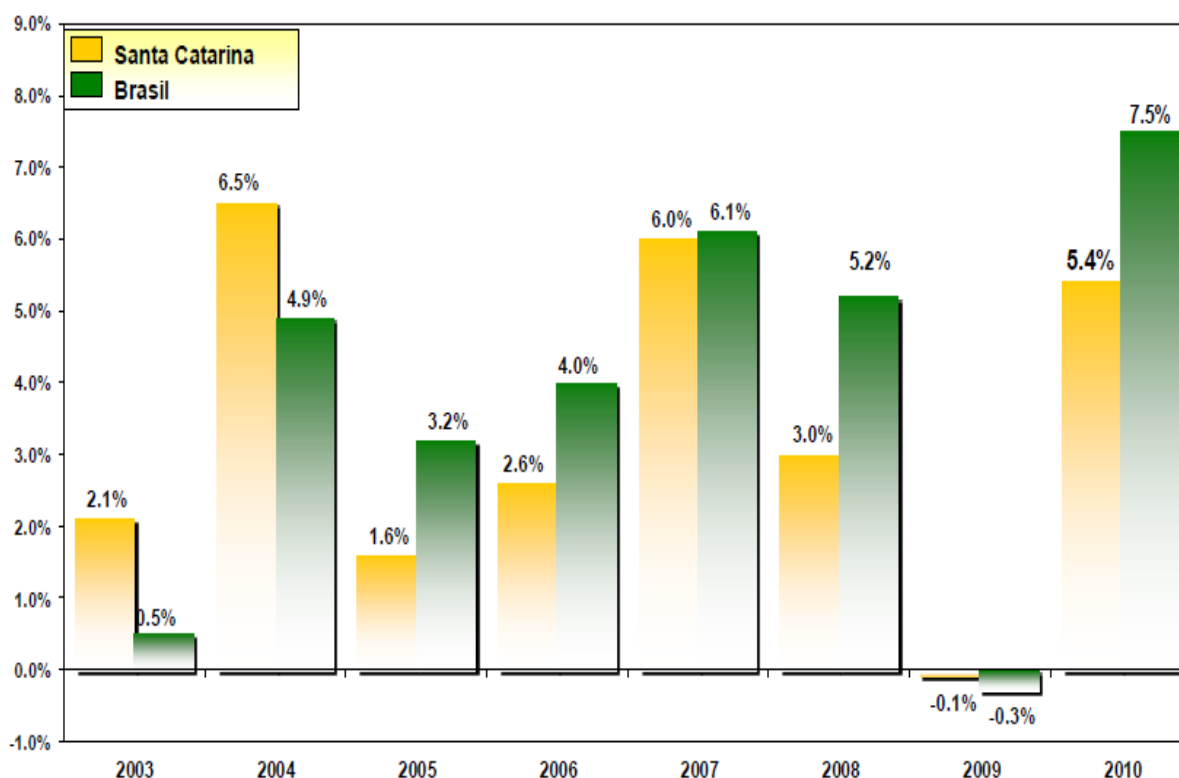


Gráfico 1 - Variação % interanual do PIB Brasileiro e de Santa Catarina – 2003 a 2010

Fonte: IBGE

Na economia Brasileira o PIB per capita também apresentou bastante oscilações positivas e negativas na trajetória da última década, com destaque para o ano de 2009 que foi registrado uma variação real negativa de 1,6%, apesar de o PIB per capita em termos correntes ter aumentado. Em termos reais a taxa média de crescimento durante o período foi na ordem de 1,9% ao ano e o PIB per capita passou de R\$ 14mil em 2000 para R\$ 16,6 mil em 2009. Apesar das oscilações das variações anuais, tanto o PIB total quanto o PIB Per capita tiveram um crescimento acumulado consistentes ao longo do período com curvas ascendentes como mostram os gráficos a seguir.

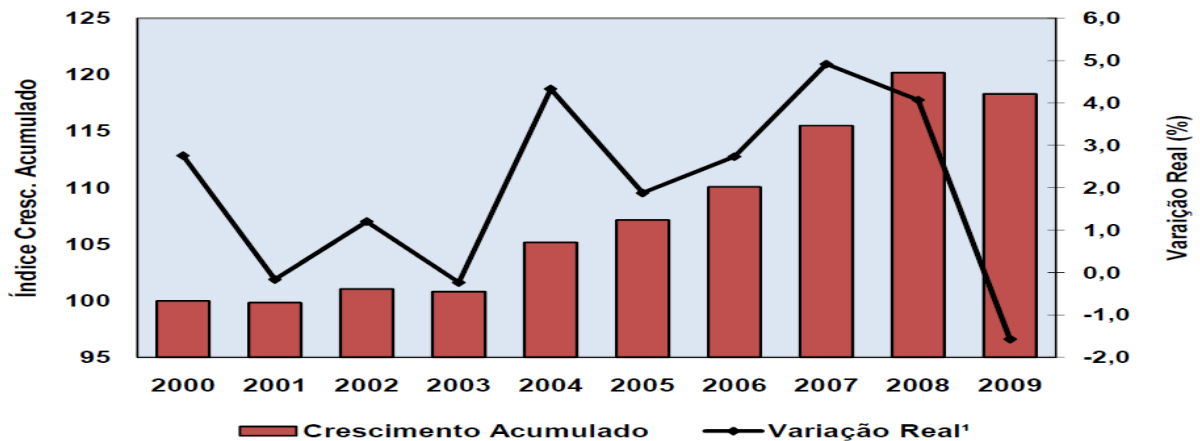


Gráfico 2 - Variação e índices de crescimento real do PIB *per capita* no Brasil – 2000 a 2009

Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais

Nota: 1 - Base = Ano imediatamente anterior

2 - Valores obtidos a partir do PIB deflacionado a preços de 2009.

Segue também gráfico com a relação existente entre Brasil e Santa Catarina no PIB per capita, em termos correntes, bem como seus respectivos crescimentos no período.

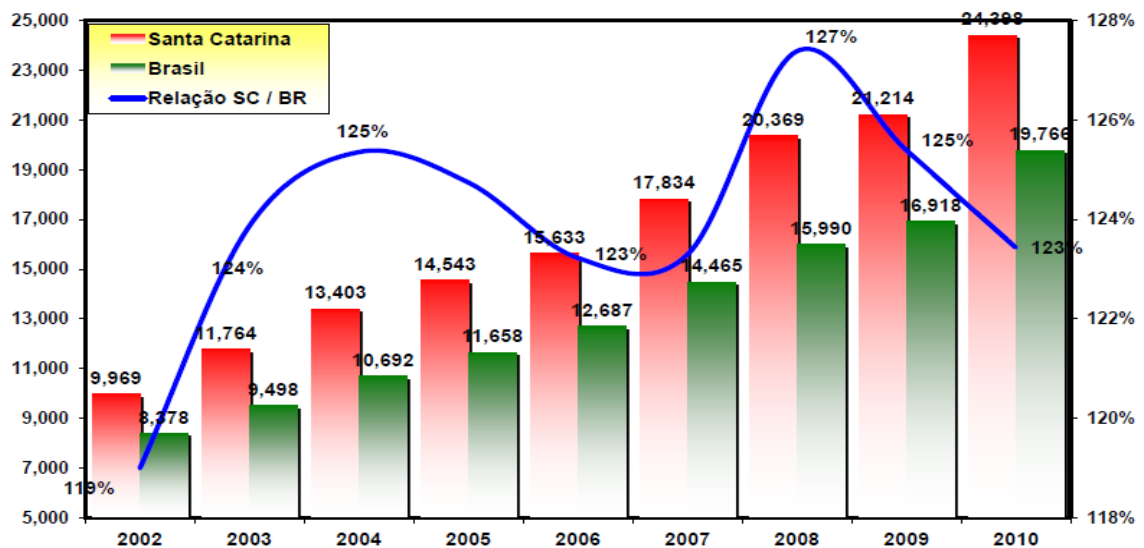


Gráfico 3 - Evolução da Renda per capita do Brasil e de Santa Catarina (em R\$ corrente / ano – 2002 a 2010)

Fonte: IBGE – Contas Regionais

No estado Catarinense os setores primário, secundário e terciário, no ano de 2009 corresponderam com 8,2%, 32,8% e 59,0% do PIB, respectivamente. Segundo dados do

IBGE Santa Catarina é o segundo estado do país com maior participação da indústria no PIB, ficando atrás apenas do estado do Amazonas. Realizando a média de 2002 a 2009 a indústria participou com 34% do PIB do Estado de Santa Catarina, como é possível perceber no gráfico 4. Santa Catarina possui um importante parque industrial, ocupando posição de destaque no Brasil. De acordo com a FIESC, a indústria de transformação de Santa Catarina é a quarta do Brasil em quantidade de empresas e a quinta em número de trabalhadores. Os segmentos que mais empregam são os de artigos de vestuário e alimentar seguidos dos artigos têxteis.

A tabela a seguir mostra que da Agropecuária o setor da Agricultura, Silvicultura e exploração florestal possuem a maior representação para o setor primário, seguido da Pecuária e Pesca. Da indústria o setor da Indústria de Transformação, com uma média de 24,2% nos últimos 8 anos, possui a maior representatividade no setor secundário. A Construção Civil e a Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana seguem na respectiva ordem. Já o setor terciário, de Comércio e Serviços, a maior representação é do comércio e serviços de manutenção e reparação, seguidos da Administração, saúde, educação pública e seguridade social, e das atividades imobiliárias e aluguéis.

Tabela 3. Participação dos setores no PIB Catarinense de 2002 a 2009 (%)

Setores	Participação % setores no PIB							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agropecuária	9,0	10,8	9,7	8,3	6,9	7,2	8,0	8,2
Agricultura, Silvicultura e exploração florestal.	6,0	7,6	6,5	5,2	4,7	4,6	5,0	5,5
Pecuária e pesca	3,1	3,2	3,2	3,0	2,2	2,6	3,1	2,7
Indústria	33,4	32,9	35,9	34,0	34,5	35,7	34,4	32,8
Indústria Extrativa Mineral	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,3
Indústria de Transformação	24,7	24,2	26,0	24,5	24,4	24,2	23,3	22,3
Construção Civil	4,5	4,8	5,0	4,7	4,8	5,2	5,1	5,2
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.	3,8	3,5	4,5	4,4	4,9	6,0	5,7	4,9
Comércio e Serviços	57,6	56,3	54,4	57,7	58,6	57,1	57,5	59,0
Comércio e serviços de manutenção e reparação	11,9	13,1	13,4	14,8	15,7	14,8	16,4	16,7
Atividades imobiliárias e aluguéis	10,4	9,6	8,8	9,2	8,9	9,2	8,5	8,6
Administração, saúde, educação pública e seguridade social.	11,0	10,7	9,9	10,6	10,9	11,1	11,1	11,4
Outros Serviços	24,3	22,9	22,3	23,1	23,1	22,0	21,5	22,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – Contas Nacionais

O Gráfico abaixo apresenta a participação dos setores no PIB através de uma média realizada no período de 2002 a 2009.

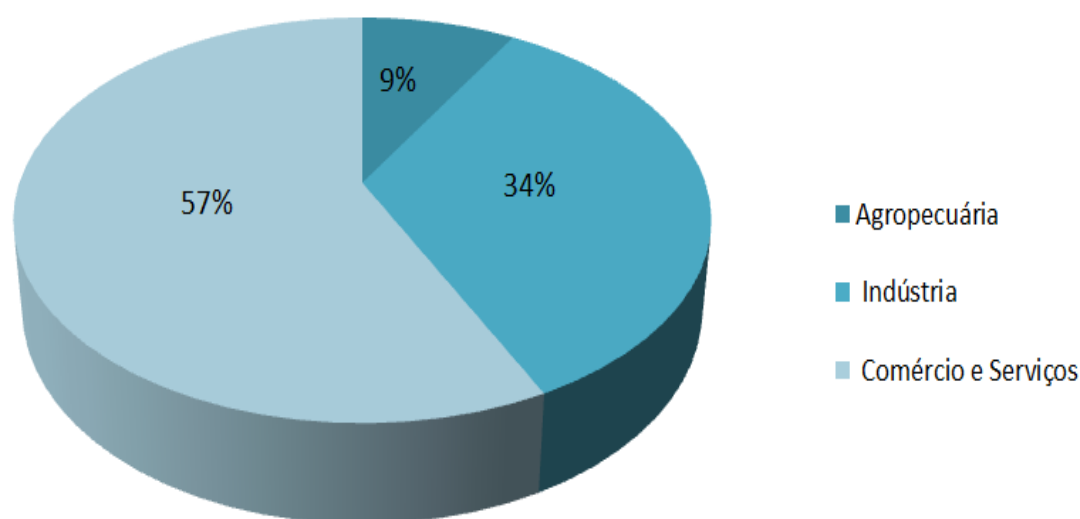


Gráfico 4 - Participação % de SC em setores no PIB: média de 2002 a 2009

Fonte: elaboração Autor

3.2. Crescimento do PIB brasileiro

Já no Brasil, pela ótica do Produto, que leva em consideração a Agropecuária, Serviços, Indústria e Impostos Líquidos, o setor de serviços foi o que obteve maior representação na formação do produto a preços constantes, seguido da Indústria, Impostos Líquidos e Agropecuária. Os valores médios de 2000 a 2009 correspondem a 56,8%, 23,9%, 14% e 5% respectivamente. O agregado com maior crescimento do período foi o setor de serviços onde o valor adicionado na composição do PIB cresceu de R\$ 1,4 trilhões em 2000 para R\$ 1,9 trilhões em 2009, ou seja, um aumento de 35%. Em termos absolutos este crescimento representou o aumento de 1,2 pontos percentuais na relação com o PIB, passando de 57,7% para 58,9%.

A indústria teve queda do valor adicionado, passando de uma representação de 24% do PIB em 2000 para 21% em 2009. Apesar de ter ocorrido o crescimento da indústria em termos absolutos, de R\$ 578 bilhões para R\$ 697 bilhões no período, sua participação na composição do PIB caiu 2,1 pontos percentuais. Quanto aos impostos líquidos e o setor agropecuário,

ambos obtiveram aumento pouco expressivos na composição do PIB, representando um aumento de 0,6 e 0,3 pontos percentuais. Segue na figura a seguir, a participação relativa dos agregados do PIB pela ótica da produção no Brasil.

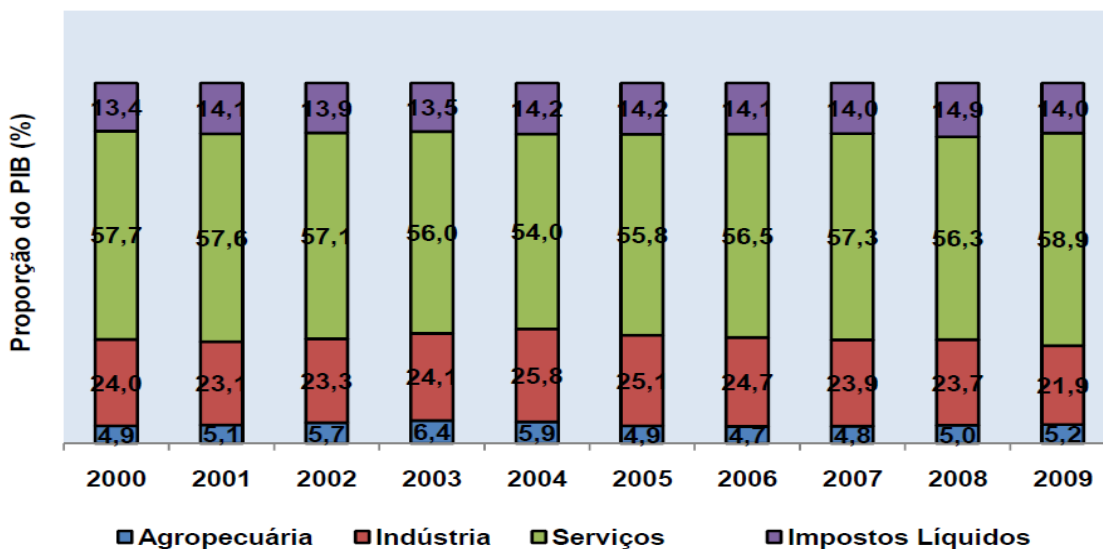


Gráfico 5 - Participação relativa dos agregados do PIB pela ótica da produção no Brasil – 2000 a 2009

Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais

Analisando o PIB nacional pela ótica da despesa, a preços constantes, o consumo das famílias foi o item com maior representação na última década, representando 61% do PIB, seguido pelos gastos públicos com 19,9%, pela formação bruta de capital fixo (FBCF) com 16,6% e pelo saldo comercial com apenas 1,5%. Apesar de as despesas de consumo de bens finais a preços constantes tiverem aumentado significativamente neste período, com crescimento aproximado de 27%, sua relação com o PIB total caiu 2,6 pontos percentuais, passando de 64,3% em 2000 para 61,7% em 2009.

As despesas com investimentos, FBCF mantiveram o ritmo de queda em relação ao PIB do consumo de bens finais, com recuo de 18,3% em 2000 para 16,5% em 2009 ou 1,8 pontos percentuais. O maior recuo ocorreu de 2008 para 2009 com queda de 4,2 pontos percentuais. Apesar do recuo as despesas com investimentos manteve um crescimento absoluto de R\$ 86,3 bilhões de 2000 a 2009. Por outro lado as despesas governamentais cresceram tanto em termos absolutos como também em relação ao PIB com acréscimo de 2,6 pontos percentuais de 2000 para 2009, o que representou uma variação positiva de R\$ 233 bilhões. Já o saldo

comercial apresenta déficit nos anos de 2000 e 2001, em 2002 inicia sua trajetória de recuperação atingindo o melhor resultado em 2004. Em 2005 novamente começa a cair finalizando o período com déficit de aproximadamente 0,1% do PIB em 2009.

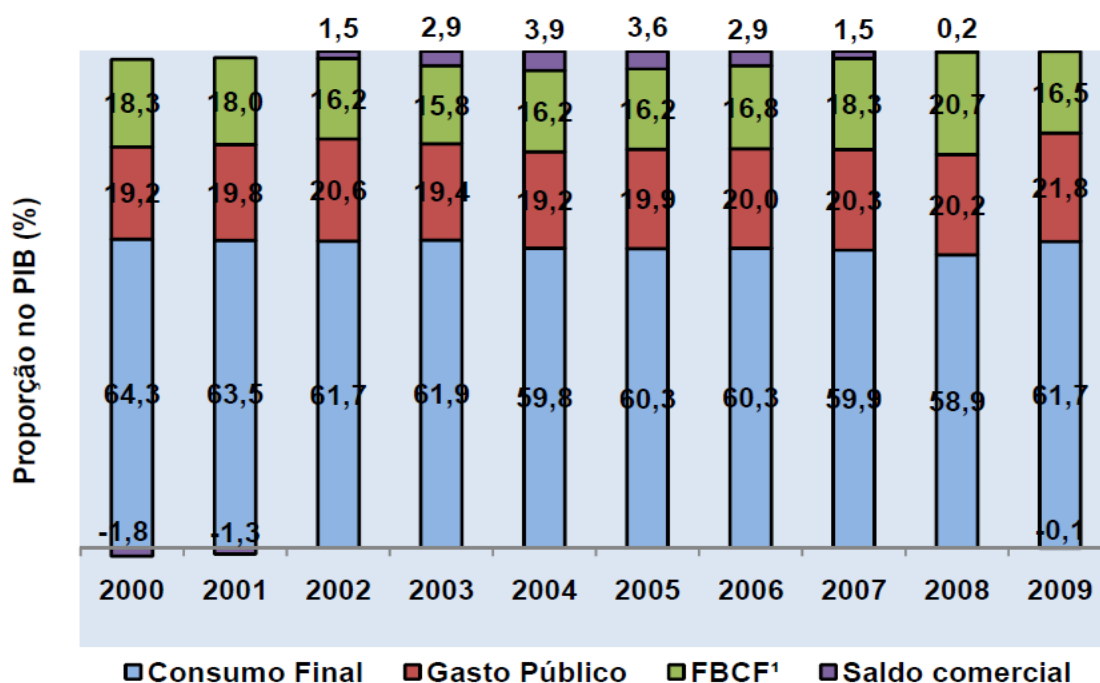


Gráfico 6 - Participação relativa dos agregados do PIB pela ótica da despesa no Brasil – 2000 a 2009

Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais

3.3. Crescimento da indústria catarinense e o PIB brasileiro

Como ressaltado anteriormente a indústria de transformação Catarinense é uma das maiores do Brasil em termos de quantidade de empresas e volume de emprego. No período de 2005 a 2010 o segmento alimentício foi o que obteve a maior participação na indústria de Santa Catarina, porém os produtos alimentícios vêm perdendo representatividade na indústria, saindo de 24,60% em 2005 para 15,98% em 2010. O segmento de Vestuário e Acessórios mantém a segunda posição frente aos segmentos com maior participação na indústria de SC e nos últimos cinco anos vem aumentando sua cota na participação da indústria, com uma média de crescimento no período de 2005 a 2010 de 4,3% ao ano. As atividades de Máquinas, aparelhos e Materiais elétricos e Têxteis, seguem na respectiva ordem.

Vale analisar a atividade de Máquinas e equipamentos que nos anos de 2005, 2006 e 2007 possuíam a segunda posição entre os segmentos de atividades com maior participação na indústria, apresentando índices crescentes a taxas elevados. Porém nos anos seguintes, 2008, 2009 e 2010, obteve uma redução significativa em sua participação passando da segunda para a quinta colocação no ranking das principais atividades industriais.

O gráfico abaixo retrata a média, do período de 2005 a 2010, dos segmentos de atividades com maior participação na indústria Catarinense. Os resultados mostram os Produtos Alimentícios; Vestuário e Acessórios; e Máquinas e equipamentos, na primeira, segunda e terceira colocação. Ou seja, mesmo o segmento de Máquinas e Equipamentos perdendo bastante força nos ultimo 3 anos, na média do período do gráfico abaixo ainda conquistam a terceira colocação na participação da Indústria Catarinense .

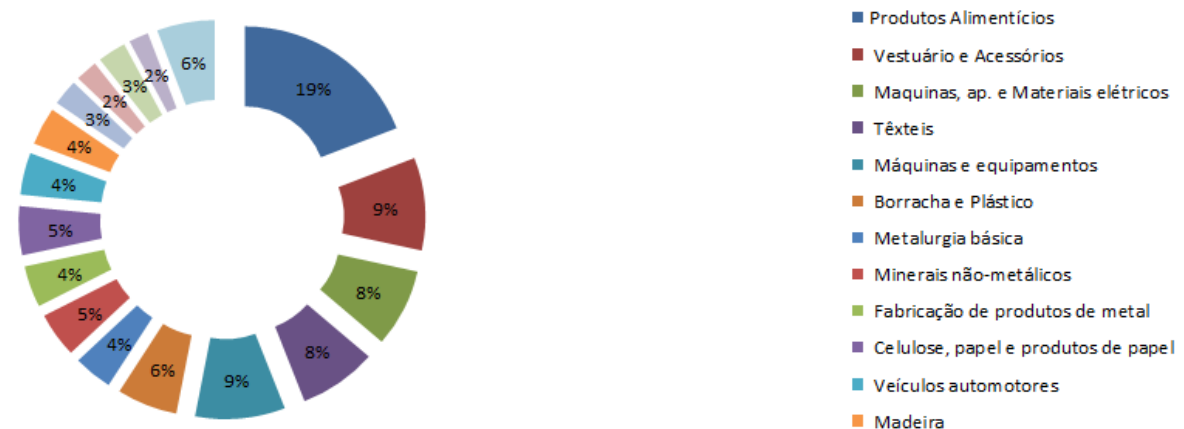


Gráfico 7 - Atividades industriais com maior participação na indústria de SC: Média 2005-2010

Fonte: IBGE – Contas Nacionais

Uma forte característica da economia industrial Catarinense são os Polos Econômicos, que fazem com que o estado tenha crescimento equilibrado entre as suas diversas regiões. No sul do estado os segmentos que mais se destacam são Cerâmica, Carvão, Vestuário e Descartável Plástico; No Oeste a indústria Alimentar e Móveis; No Vale do Itajaí a indústria Têxtil, Vestuário, Naval e Cristal; No Norte destacam-se a Metalurgia, Máquinas e Equipamentos, Material Elétrico, Plásticos, entre outros; Na região Serrana a indústria Madeireira e na

Capital a Tecnologia. No estado estão situadas importantes indústrias, algumas com destaques nacionais, outras na América Latina e outras reconhecidas mundialmente.

A tabela a seguir mostra os municípios Catarinenses com os maiores valores de PIB total e PIB per capita, para os períodos de 2003 a 2009. Joinville em todo o período foi a maior cidade do estado de Santa Catarina em termos de PIB total, com um crescimento médio anual de 14,1%. A segunda colocação ficou com Florianópolis até o ano de 2005, onde posteriormente perdeu posição para a cidade de Itajaí que obteve um crescimento médio anual de 41,4% contra um crescimento médio de 15% ao ano da cidade de Florianópolis. Este elevado crescimento atingido pela cidade de Itajaí deve-se aos investimentos no Porto estabelecido na região. Sobre esta tabela é importante analisar também o alto crescimento do PIB Total que as cidades catarinenses tiveram do ano de 2003 para 2004. Este crescimento deveu-se principalmente pelo aumento de investimentos tanto interno quanto externo em prol da estabilidade econômica mantida em 2004, superando as instabilidades de 2002 e 2003. Contrário ao alto crescimento obtido de 2003 para 2004 as cidades catarinenses registraram crescimento mínimo no ano de 2008 para 2009, consequência da crise internacional iniciada nos Estados Unidos.

Tabela 4. Municípios Catarinenses com Maiores Valores do PIB

Municípios	PIB Total a preço de mercado corrente (R\$ mil)						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Joinville	6.162.861	8.046.308	9.149.044	10.697.887	11.474.511	13.219.945	13.345.175
Itajaí	1.866.637	4.822.452	5.268.999	6.297.432	7.982.841	10.169.929	10.870.486
Florianópolis	3.737.886	5.413.842	6.259.393	6.652.325	7.104.195	8.125.541	8.287.890
Blumenau	3.513.908	4.835.352	5.516.256	6.075.171	6.682.445	7.390.216	7.678.830
Jaraguá do Sul	2.482.227	3.121.530	3.485.670	2.963.659	4.199.229	4.800.027	4.697.090
Chapecó	2.372.106	2.724.912	2.889.818	3.045.668	3.524.610	4.295.183	4.348.898
São José	1.455.869	2.267.138	2.611.099	2.939.814	3.153.075	4.096.185	4.193.679
São Francisco do Sul	1.629.870	1.357.989	1.926.000	2.881.390	2.960.030	3.162.801	3.321.852
Criciúma	1.514.845	1.966.346	2.160.967	2.381.129	2.543.711	2.790.760	3.190.218

Municípios	PIB per capita (R\$)						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Joinville	13.142	16.834	18.785	21.566	23.561	26.865	26.834
Itajaí	11.766	29.807	31.943	37.465	48.909	59.928	63.171
Florianópolis	9.912	13.992	15.776	16.362	17.907	20.184	20.305
Blumenau	12.473	16.827	18.827	20.345	22.809	24.959	25.646
Jaraguá do Sul	20.497	25.040	27.181	22.488	32.308	35.226	33.788
Chapecó	14.715	16.493	17.074	17.578	21.387	25.003	24.967
São José	7.725	11.766	13.261	14.618	16.015	20.553	20.787
São Francisco do Sul	45.572	39.959	51.054	74.456	78.697	80.396	82.984
Criciúma	8.413	10.758	11.648	12.650	13.712	14.927	16.919

Fonte: IBGE

Quanto ao PIB per capita o município de São Francisco do Sul sempre obteve os melhores índices dentro do período estudado. Seguido de São Francisco vem os municípios de Itajaí e Jaraguá do Sul. Percebe-se com estes resultados que o Norte de Santa Catarina possui índices superiores às demais regiões do estado, principalmente devido ao tamanho da população e também ao segmento de indústria que se estabelecem nesta região. A região Norte e Vale do Itajaí também concentram os municípios que mais exportam. No ano de 2011 os cinco municípios que mais exportaram em valores *US\$ FOB* foram Itajaí, Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco e Blumenau, na respectiva ordem. As principais empresas exportadoras foram SEARA Alimentos, WEG Equipamentos Elétricos, *Whirlpool*, Sadia e BRF-Brasil *Foods*. Quanto às importações os municípios com maior volume de importação em 2011 foram Itajaí,

Joinville, Florianópolis, Blumenau e São José. Já as principais empresas importadoras foram *Copper Trading, Saint Marie, Columbia Trading, Dow Brasil e First*.

Na última década a balança comercial catarinense manteve saldo positivo de 2001 a 2008, aonde o volume em *US\$ FOB* dos valores exportados superou o volume de importação. De 2009 a 2011 a balança se torna negativa, como é possível perceber no gráfico 8, o crescimento das exportações ocorreu de forma mais tímida do que as importações, que a partir de 2004 manteve crescimento a níveis surpreendentes. As políticas econômicas adotadas pelo Governo catarinense bem como a valorização do real a partir de 2008 foram os principais impulsionadores para que a balança comercial apresentasse estes resultados. O saldo da Balança Comercial catarinense saiu de US\$ 2.17 bilhões em 2001 para US\$ - 5.79 bilhões em 2011, apesar de o volume de transações internacionais terem aumentado bastante.

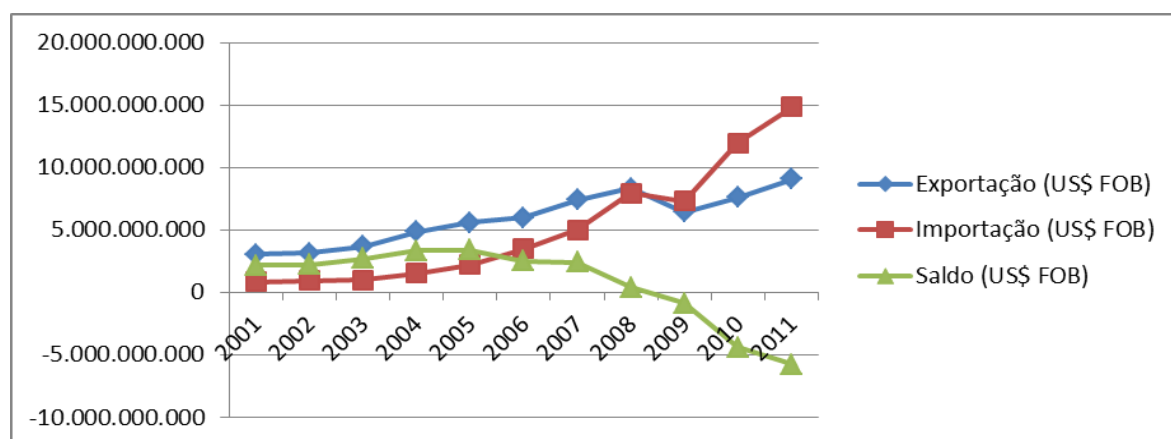


Gráfico 8 - Balança Comercial Catarinense de 2001 a 2011

Fonte: MDIC/Secex

Santa Catarina em 2011 ocupou a décima colocação entre os estados que mais exportaram do país. Nos últimos dez anos Santa Catarina vêm caindo no *ranking* gradativamente, pois em 2001 ocupava a quinta colocação entre os estados do Brasil que mais exportam. Conseqüentemente a participação das exportações catarinense sobre a do Brasil também reduziu nos últimos anos, passando de 5,2% em 2001 para 3,54% em 2011. Ou seja, a média de crescimento das exportações brasileiras superou o crescimento da estadual na última década.

O inverso ocorre com o volume de importações em Santa Catarina. O estado que ocupava a décima colocação no *ranking* a nível nacional em 2001 ocupa hoje a sexta posição. A participação de Santa Catarina sobre as do Brasil era em 2001 de apenas 1,55%, hoje já representa mais de 6% de toda a importação nacional. Santa Catarina manteve índices de crescimento das importações superiores a média nacional nos últimos dez anos. Vale ressaltar que tanto as exportações como as importações catarinenses acompanham a realidade da economia brasileira, não sendo características específicas da economia catarinense. Segue abaixo gráficos referentes ao crescimento das exportações e importações no estado de Santa Catarina e Brasil.

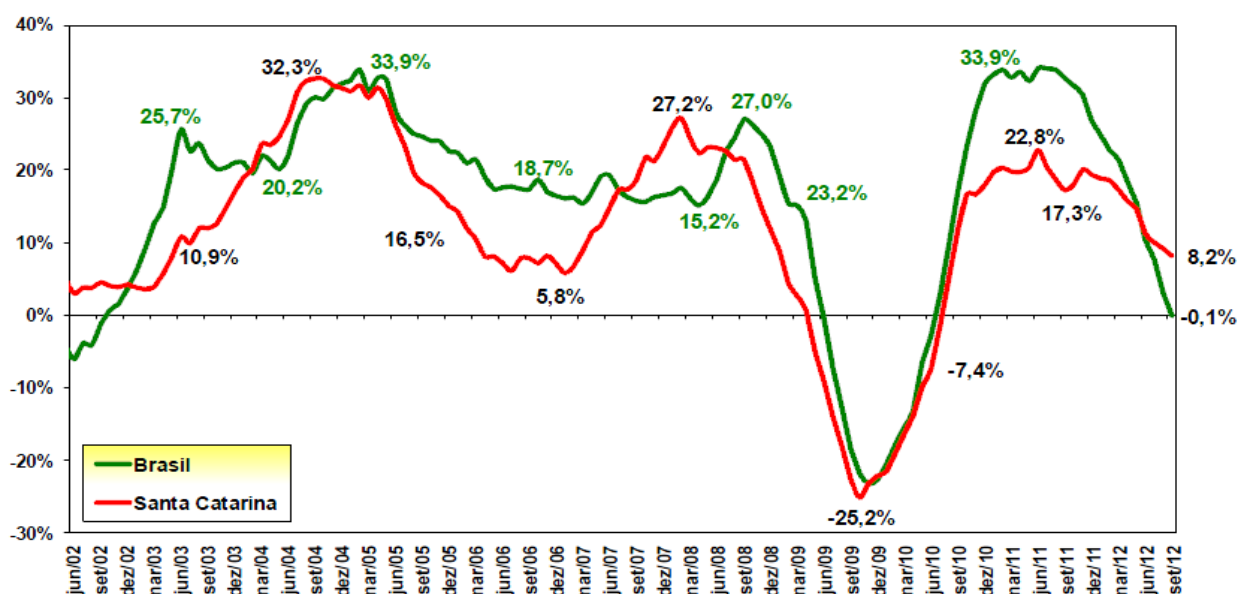


Gráfico 9 - Crescimento das Exportações em Santa Catarina e Brasil – Acumulado 12 meses – 2002 a 2012

Fonte: Secex

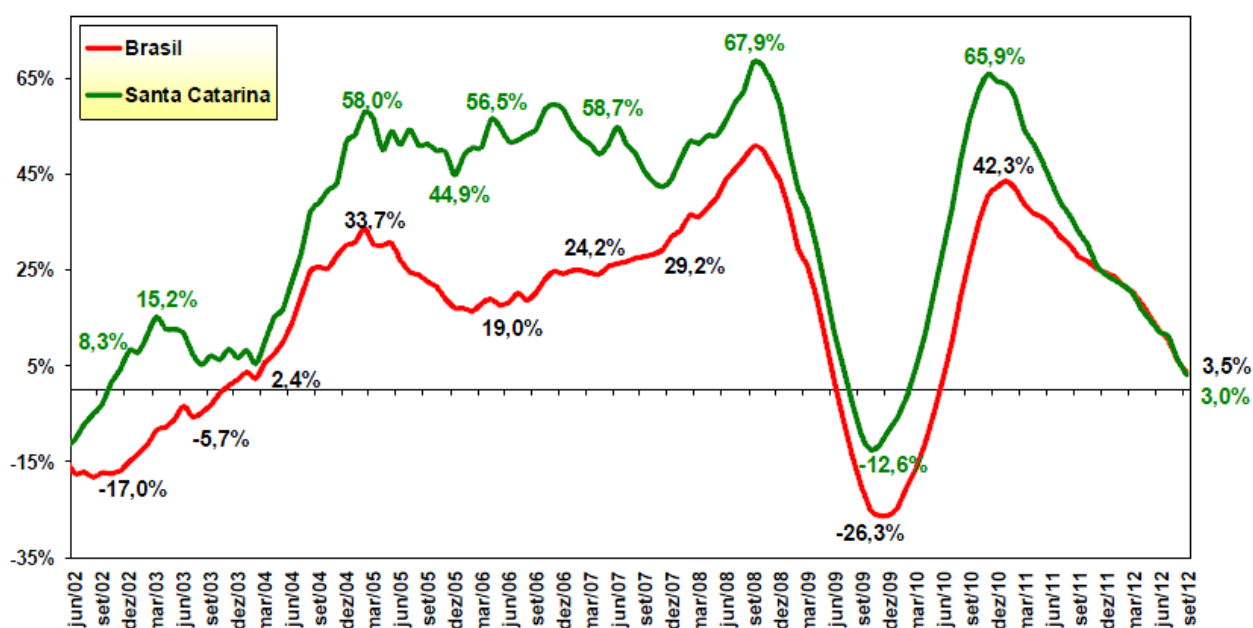


Gráfico 10 - Crescimento das Importações em Santa Catarina e Brasil – Acumulado 12 meses – 2002 a 2012

Fonte: Secex

Analisando as exportações e importações catarinenses por fatores agregados dos produtos manufaturados, ou seja, produtos Industrializados que possuem maior grau de agregação de valor são os que representam maiores volumes tanto de exportação quanto de importação. Para as exportações, seguida dos produtos Manufaturados aparece os produtos Básicos, que são produtos agrícolas e minerais, e Semimanufaturados, que são produtos com certo grau de transformação. Para as importações a ordem que segue são produtos Manufaturados, Semimanufaturados e Básicos. Porém a disparidade nas importações, entre os produtos Manufaturados para os produtos Semimanufaturados e Básicos é maior do que nas exportações, ou seja, Santa Catarina esta importando muito mais produtos Manufaturados do que produtos Básicos e Semimanufaturados e está exportando produtos Manufaturados e básicos quase na mesma proporção.

A tabela 5 abaixo mostra os dados das exportações catarinenses por categorias de uso no período de 2006 a 2011. Entre as categorias Bens de Capital, Bens Intermediários e Bens de Consumo, a última é que possui a maior representação de produtos exportados. Os Bens de Consumo não duráveis representam aproximadamente 90% desta categoria. Para a categoria de Bens Intermediários os Insumos industriais são os que possuem maior representação,

seguidos das peças e Acessórios de Equipamentos de Transporte e Alimentos e Bebidas destinados a Indústria. Já na categoria de Bens de Capital, que possui o menor volume de produtos exportados entre as três categorias analisadas, os Bens de Capital de Transporte de uso Industrial é que possui maior representação.

Tabela 5. Exportações catarinenses por categorias de uso de 2006 a 2011

Discriminação	Mil US\$ FOB					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Bens de Capital	1.166.079	1.451.733	1.659.881	1.253.637	1.543.316.411	1.842.986.614
Bens Intermediários	2.443.430	2.887.696	3.036.974	2.244.807	2.795.427.515	3.385.622.233
Bens de Consumo	2.370.306	3.038.258	3.586.086	2.919.801	3.209.067.654	3.800.345.332
TOTAL EXPORTADO	5.982.112	7.381.839	8.310.528	6.427.614	7.582.026.804	9.051.047.137

Fonte: MDIC/Secex

Quanto às importações os Bens Intermediários é a categoria de produto mais importada por Santa Catarina, com ênfase aos Insumos industriais que possuem a maior representação dentro desta categoria. Bens de Capital possui o segundo maior volume das importações seguido dos Bens de Consumo. Desta última os Bens de Consumo Não Duráveis possuem a maior representação.

Tabela 6. Importações catarinenses por categorias de uso de 2006 a 2011

Discriminação	Mil US\$ FOB					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Bens de Capital	671.763	1.087.949	1.638.412	1.566.496	2.372.953.286	2.814.630.757
Bens Intermediários	2.311.571	3.188.770	5.211.504	4.425.153	7.592.901.943	9.226.709.539
Bens de Consumo	473.625	706.944	1.076.806	1.272.519	1.987.114.612	2.772.122.585
TOTAL IMPORTADO	3.468.768	5.001.943	7.940.723	7.283.251	11.978.105.711	14.854.401.856

Fonte: MDIC/Secex

Santa Catarina possui sua economia caracterizada pela concentração de diversos Polos industriais. O que confere ao estado padrões de desenvolvimento específicos em cada região. Segundo estudo realizado pela FIESC (2012) o estado é líder nacional na produção de diversos produtos, tais como na fabricação de cerâmica para revestimento, tubos de aço com costura até sete polegadas, sistema de exaustão para OEM de veículos comerciais, equipamentos laser para uso industrial, e é o maior produtor de suínos, pescados e industrializados de carnes (derivados de frango, suínos e bovinos). Além de ser o maior produtor nacional, SC, destaca-se também por ser líder na América Latina na produção de elementos de fixação, como parafusos, porcas, etc.; blocos e cabeçotes para motor; matrizes para cerâmica; embarcações rebocadoras; tubos de PVC, conexões e acessórios; compressores de ar pistão; motores, geradores e transformadores elétricos; entre outros.

CAPÍTULO IV

PROJEÇÕES DO CRESCIMENTO PARA 2021

4.1. A Relação com o modelo de crescimento: Brasil e Santa Catarina

O estado catarinense não possui características próprias de desenvolvimento e crescimento econômico, pois todo o processo de colonização, urbanização, industrialização, períodos de estagnação, entre outros, foram reflexos do cenário da economia brasileira e mundial que se passava em tais períodos. Ou seja, não existe o modelo catarinense de desenvolvimento, pois o crescimento e todo o processo de industrialização do estado de Santa Catarina sempre estiveram articulados ao processo de crescimento e industrialização ocorridos ao nível nacional.

Nas décadas de 1950 e 60, por exemplo, o Estado nacional visando o Processo de Substituição de Importação (PSI) intensificou o investimento estatal com grandes aportes na indústria pesada típicos da segunda revolução industrial e também na infraestrutura econômica. Neste período o estado catarinense teve amplas transformações do padrão de desenvolvimento, assim como diversos outros estados do Brasil. Foi durante este processo de substituição de importações que as principais indústrias dinâmicas se instalaram e se consolidaram no cenário estadual, tais como a indústria metal-mecânica e cerâmica. Até o setor agroindustrial catarinense consolidou-se no mercado nacional e internacional com o surto industrial originário do PSI, através do fortalecimento de empresas como Sadia e Perdigão que se tornaram grandes *players* do mercado nesse período.

Assim como a economia brasileira teve problemas internos voltados principalmente ao avanço de instituições financeiras de crédito, que impediram o desenvolvimento nacional, Santa Catarina, neste mesmo período, também obteve uma conjunção de fatores que levaram ao desencadeamento de fatos tal como ocorrido. Estes fatos mostram que Santa Catarina não era uma entidade separada da nação brasileira, e sim parte integrante da mesma, tais como São Paulo, Minas Gerais e demais estados brasileiros.

Observando o capítulo anterior, referente ao crescimento do PIB catarinense e Brasileiro na última década, percebe-se que esta correlação existente entre a economia nacional e estadual ainda é válida. Dentro desta perspectiva as projeções referente à tendência de crescimento do PIB catarinense foram realizadas de acordo com as tendências de crescimento do PIB nacional bem como levados em consideração os principais indicadores econômicos brasileiros, alavancas para o crescimento e os principais desafios e limitações ao crescimento.

4.2. Tendência de crescimento econômico no Brasil para 2021

Atualmente, de acordo com o ex-Ministro Mendonça de Barros (2012) o Brasil encontra-se com uma economia estável, crescendo a um ritmo de aproximadamente 3,5% ao ano. Com o aumento da arrecadação federal e com superávit primário de 3% do PIB o país assegurou uma relação estável da Dívida Pública/PIB abaixo de 40%, fazendo com que o Brasil se tornasse um dos países com menor endividamento público do mundo.

Tem-se observado também um aumento do consumo das famílias acima do PIB, este comportamento vem ocorrendo no decorrer dos últimos anos e se manteve mesmo no momento de maior agravamento da crise mundial. A combinação entre o aumento dos ganhos salariais reais e expansão do crédito fazem o consumo crescer a taxas de aproximadamente 5% ao ano, fortalecendo a classe média que hoje sustenta o consumo a nível nacional. A expansão do crédito deveu-se principalmente à redução nas taxas de juros bem como a facilidade de financiamento com o aumento dos prazos de pagamento. Segundo Mendonça de Barros (2012), a massa salarial cresce a taxa superior de 5% ao ano, enquanto o crédito bancário encontra-se em expansão moderada e sem sinais de sobre endividamento. O aumento do consumo interno juntamente com o aumento da expectativa do setor primário estimula o investimento em novos projetos.

Além do aumento do consumo interno, o aumento no volume de investimentos estrangeiros e termos de trocas elevadas faz com que o Real se sustente como uma moeda forte. A moeda forte junto a sua estabilidade possibilitou o aumento estrutural nas importações durante os últimos 5 anos, contribuindo desta forma para estabilizar a inflação via aumento de oferta em importantes setores da economia. Os investimentos internacionais se aceleraram com a

confiança internacional na economia brasileira principalmente em um período com baixíssimo crescimento nos países desenvolvidos. Esta estabilidade política e institucional colocam o Brasil em uma posição de destaque entre os BRICS quanto ao potencial de atração dos investimentos estrangeiros.

Porém com a dificuldade de recuperação da economia mundial, principalmente dos países desenvolvidos que sofrem com problemas de desemprego e incapacidade de pagamento de suas dívidas, tem influenciado de forma negativa a economia brasileira especialmente no curto prazo. Em consequência da alta da cotação da moeda nacional frente ao dólar a indústria brasileira, principalmente os setores voltados ao setor externo, tem sofrido com o aumento da competitividade dos produtos importados. Por um lado, as indústrias exportadoras sofrem com a valorização do Real que tornam menos competitivos os produtos nacionais no mercado externo e também com a lenta recuperação dos países desenvolvidos que limita a venda para estes mercados. Por outro lado muitas indústrias aproveitam esta situação cambial para importar insumos em detrimento da alta do consumo no mercado nacional.

O cenário atual da economia brasileira que retrata maior apreciação do real frente ao dólar e expansão da economia nacional acima da média de muitas economias desenvolvidas tem gerado consequências negativas na trajetória de deterioração do saldo em transações correntes. Segundo alguns estudos este agravamento não será pior nos próximos anos devido aos influxos que se espera de IED (Investimento Externo Direto). Os principais fatores que vem incentivando a entrada de capital externo no Brasil são o baixo crescimento das economias desenvolvidas, o bom comportamento do mercado interno brasileiro, bem como as perspectivas favoráveis para os próximos anos voltados a realização de eventos esportivos como Olimpíadas e Copa do Mundo e oportunidades ligadas aos setores de infraestrutura e exploração e produção de petróleo.

Para manter um padrão elevado de crescimento econômico nos próximos anos o Brasil deverá superar algumas limitações e riscos que poderão influenciar diretamente o desenvolvimento econômico nacional. Segundo especialistas o maior risco enfrentado pelo Brasil será a inflação, principalmente até 2015, tanto devido à utilização frequente de medidas protecionistas para defender o crescimento, inclusive o enfraquecimento do real que é uma

ameaça para a inflação, quanto à possibilidade de mudanças na condução do Sistema de Metas de Inflação. Outro fator de extrema importância são os pontos de estrangulamento na infraestrutura criando aumento de custos e perda da eficiência na logística do país. Um dos setores mais críticos é o de geração de energia elétrica, bem como o sistema logístico do transporte de cargas voltado para o mercado interno e externo. O custo Brasil é também uma limitação ao crescimento, os custos de produção das empresas brasileiras ao crescer a ritmo acima dos ganhos de produtividade reduzem a competitividade local e favorecem as importações. A elevação dos custos de produção, juntamente com a valorização da moeda e aumento da participação dos componentes importados estimula o processo de “desindustrialização”.

Algumas outras limitações ao crescimento enfrentadas pelo Brasil nos próximos anos serão os desequilíbrios Macroeconômicos, em que o aumento dos gastos do Governo e do déficit em transações correntes podem afetar o crescimento; nova Presidente que propõe maior participação direta do governo na economia quando comparada com seus antecessores; grandes empresas estatais, tais como Petrobrás, Eletrobrás, Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica e empresas privadas, como Vale, estão sofrendo com a perda de eficiência devido a crises internacionais crescentes na economia mundial; baixo nível de desemprego e dificuldade em mão-de-obra que elevam os salários acima da produtividade; menor independência do Banco Central; riscos com uma nova Política Cambial; e baixa eficiência das agências reguladoras por conta de influências da política partidária.

Em relação à economia mundial, o crescimento do PIB mundial médio em 2010 foi de 3,9% com crescimento mais expressivos dos países em desenvolvimento do que dos países desenvolvidos. Enquanto os países desenvolvidos cresceram em média de 3,6% ao ano, os países em desenvolvimento cresceram 7,3%. O Ministério da Agricultura brasileiro baseou-se nas projeções do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, 2012) em que projeta que o mundo deve crescer entre 2011 e 2021 a uma taxa média anual de 4,0%. As tendências de maiores crescimento estão voltados para a China e para Índia, onde se projeta para China um crescimento de 8% ao ano para a próxima década e para a Índia um crescimento superior aos 8%. Além da China e da Índia os países da antiga União Soviética terão um forte crescimento nos próximos anos (BRASIL, 2012).

Segundo a USDA o *share* dos países desenvolvidos no produto mundial deve reduzir na próxima década, caindo de 67% em 2010 para 59% em 2022. Enquanto as economias desenvolvidas devem crescer a aproximadamente 2,0% anualmente, a América Latina tem um crescimento projetado de 4,3% ao ano. Este crescimento deve-se principalmente pelos investimentos internacionais diretos nos países da América Latina, principalmente no Chile, Colômbia e Brasil. Não existe consideração que as economias desenvolvidas sofrerão uma nova e prolongada recessão, apesar de crescerem a taxas bastante moderadas nos próximos anos. Sob esta perspectiva é cada vez maior a participação dos países emergente no comércio internacional, contribuindo de forma direta para o crescimento econômico mundial.

No horizonte dos próximos 10 anos espera-se que as economias desenvolvidas cresçam a ritmos discretos visto que será um período em que ainda estarão lutando para solucionar seus problemas fiscais. Com isso, a economia mundial crescerá guiada pelos países emergentes que alavancarão o comércio mundial, com destaque principalmente pelo aumento da demanda das *commodities*, que se beneficiarão os países que possuem estes bens, tais como o Brasil. Quanto à economia nacional, a premissa é que o Brasil cresça acima da média mundial embasado principalmente na expectativa de evolução do aumento da demanda interna e na perspectiva de maior volume de investimentos que serão necessários para sustentar esta taxa de expansão. Segue na tabela 7 abaixo as projeções de crescimento do PIB Brasileiro para a próxima década.

Tabela 7. Taxas de Crescimento do Nível de Atividade (médias no período)

Indicadores Econômicos	Histórico		Projeção	
	2001-2005	2006-2010	2012-2016	2017-2021
PIB Mundial (% a.a.)	3,7	3,6	4,1	3,9
Comércio Mundial (% a.a.)	5,5	4,1	5,6	5,1
PIB Nacional (% a.a.)	2,8	4,4	4,4	5,0

Fonte: IBGE, FMI e EPE

Nestas projeções enquanto a economia mundial crescerá a uma taxa média anual de 4% o Brasil crescerá a uma taxa média de 4,7% ao ano. Pode-se perceber que o PIB mundial e o Comércio mundial possuem um crescimento maior no período 2012-2016 do que no período 2017-2021, já no PIB Nacional ocorre o inverso. A tendência é a de que isto ocorrerá porque

nos próximos anos a economia mundial adotará uma política voltada para recuperar os países mais vulneráveis da crise mundial, ou seja, maiores esforços e estímulos serão necessários para propiciar aumento de demanda e dar fôlego para as economias mais desenvolvidas. Já no período 2017-2021 estes países sofrerão os efeitos das políticas adotadas de modo a solucionar o problema de solvência do setor público e maior regulação sobre o sistema financeiro internacional. Já o Brasil seguirá o ritmo de crescimento dos países emergentes que aumentarão sua participação na economia mundial.

Considerando o crescimento econômico brasileiro previsto para os próximos anos a tendência é que ocorra um aumento bastante expressivo do PIB *per capita*, com crescimento de aproximadamente 6,4% ao ano durante a próxima década. Ou seja, o PIB per capita sairia de R\$ 13 mil em 2012 (a preços de 2010) para R\$ 24 mil em 2021 (a preços de 2010). A preços correntes a projeção do PIB *per capita* brasileiro será de R\$ 39 mil em 2021. Segue abaixo gráfico com a evolução do PIB *per capita* para o período a preços de 2010.

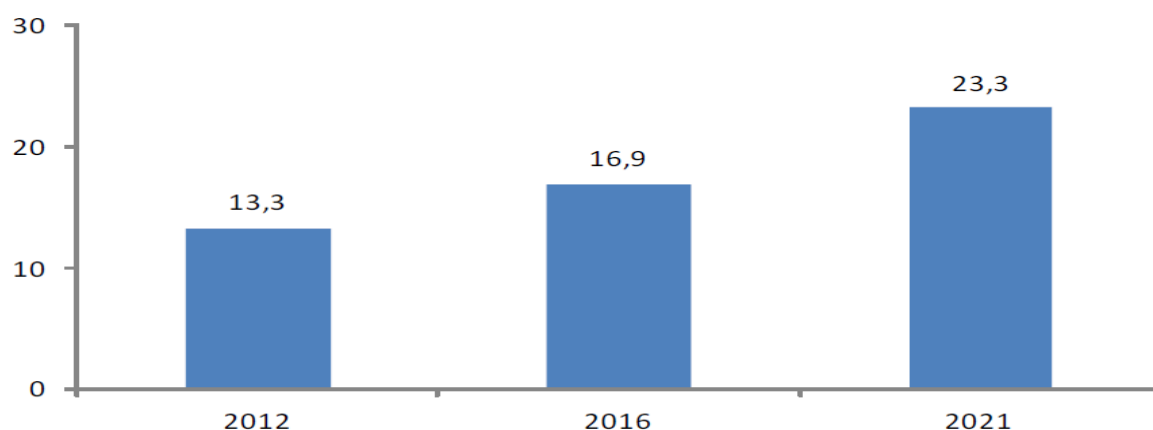


Gráfico 11 - PIB per capita (R\$ mil de 2010) em fim de período

Fonte: EPE

Quanto ao PIB Nacional, para manter altos níveis de crescimento é de fundamental importância manter uma taxa de poupança de longo prazo. A taxa de poupança tem como principal intuito possibilitar o estoque de capital necessário para viabilizar o crescimento econômico. Nos próximos anos esta taxa de poupança brasileira será mais beneficiada pela evolução da poupança pública do que da poupança privada. De 2001 a 2010 a taxa de poupança média foi de 17,15% do PIB, para a próxima década projeta-se 21,6% do PIB.

Outro ponto de extrema importância para manter o crescimento do PIB elevado em longo prazo e proporcionar ganhos de competitividade ao país são os Investimentos, principalmente aqueles voltados à infraestrutura. Os eventos importantes que ocorrerão no Brasil nos próximos anos, tais como Copa do Mundo e Olimpíadas, elevaram de forma considerável as projeções para as taxas de investimento. Além dos eventos esportivos têm-se os investimentos em petróleo e gás natural que também serão bastante expressivos, principalmente após a descoberta do pré-sal e os planos de incremento do gás-natural. Segue abaixo as tendências das taxas de investimentos necessárias para manter o crescimento no período projetado.

Tabela 8. Projeção de Investimentos no Brasil (% PIB)

Indicadores Econômicos	Histórico		Projeção	
	2001-2005	2006-2010	2012-2016	2017-2021
Investimento Total ⁽¹⁾	16,7	18,3	20,2	21,7
Investimento Público ⁽¹⁾⁽²⁾	3,1	3,3	3,4	4,0

Fonte: IBGE e Ministério do Planejamento (dados históricos) e EPE (Projeções).

Nota: 1) Taxas de Investimentos a preços correntes.

2) Inclui empresas estatais federais.

Em relação ao quadro fiscal da economia brasileira há uma tendência de melhoria dos principais indicadores, déficit nominal e dívida líquida, para o período 2012-2021. Mantendo a trajetória dos últimos anos espera-se que estes indicadores tenham quedas mais suaves no período 2012-2016 e mais bruscas no período 2017-2021. A projeção da dívida líquida para 2021 é de 32% do PIB. Referente à Balança Comercial, Investimento Externo Direto e Transações Correntes segue tabela 9 abaixo.

Tabela 9. Projeção de Indicadores Econômicos do Setor Externo (média por período)

Indicadores Econômicos	Histórico		Projeção	
	2001-2005	2006-2010	2012-2016	2017-2021
Balança Comercial (US\$ bilhões)	23,8	27,6	9,1	8,6
Exportações (US\$ bilhões)	81,3	166,5	275,2	343,9
Importações (US\$ bilhões)	57,5	138,9	266,1	335,3
IED (US\$ bilhões)	16,5	34,6	51,0	54,0
Transações Correntes (% PIB)	-0,3	-1,1	-2,9	-2,6

Fontes: Banco Central e EPE

A Balança Comercial brasileira seguirá uma tendência de crescimento tanto das exportações quanto das importações, porém o resultado da Balança ficará com resultados menores do que os registrados nos últimos dez anos. Isto ocorrerá porque as importações crescerão a índices mais elevados que as exportações, apesar de a balança manter um saldo positivo. As exportações crescerão em função da maior expansão das economias emergentes, desta forma, o Brasil se beneficiará da maior demanda desses países por commodities e pelo aumento do preço das commodities no mercado internacional. Já as importações aumentarão devido ao aumento da renda da população brasileira que implicará no crescimento do consumo interno esperado, impactando em compras externas de bens duráveis e não duráveis. Outro ponto também voltado às importações serão as importações de Bens de Capitais necessários para atender o aumento dos investimentos previstos para o período.

A redução do saldo da Balança Comercial consequentemente gera maior déficit de transações correntes, como é possível perceber na tabela acima. Este déficit das transações será financiável devido ao maior afluxo de capitais para o país. Este afluxo de capitais para o país através do aumento do Investimento Externo Direto ocorrerá devido ao bom desempenho esperado para a economia brasileira, principalmente aos setores que possuem maior vantagem comparativa.

Em relação a participação da Agropecuária, Indústria e Serviços no PIB nos últimos 10 anos pode-se perceber que a os Serviços possuem o maior crescimento no período e a participação mais expressiva, seguido da Indústria e da Agropecuária. Devido a crise internacional de 2008, a Indústria teve queda bastante expressiva neste período, mas voltou a recuperar o crescimento a partir de 2010, porém ainda com índices menores aos anteriores à crise. A participação média para cada setor no período de 2000-2011 foram 66,60% para Serviços, 27,46% para Indústria e 5,93% para Agropecuária.

Na indústria a maior representação é da extrativa mineral, seguidos da indústria da transformação, da construção civil e da produção e distribuição de água, gás e eletricidade. As indústrias de extrativo mineral e da transformação por estarem ancoradas à dinâmica internacional sofreram bastante com a crise internacional em 2008 e demonstraram recuperação expressiva a partir de 2010. A construção civil vem aumentando sua participação

na indústria devido ao bom desempenho do setor, enquanto a Produção e Distribuição de Água, Gás e Eletricidade vêm perdendo participação na última década por crescer com índices menores do que da indústria. Segue abaixo a tabela 10 demonstrando a evolução do PIB referente a participação setorial relativa bem como as projeções para o período 2012-2021.

Tabela 10. PIB: Projeção da Participação Setorial Relativa

Setor	Histórico		Projeção		
	2001-2005	2006-2010	2011	2012-2016	2017-2021
% PIB Brasil					
Agropecuária	6,0	5,9	5,9	5,9	6,0
Indústria	28,2	27,2	27,0	27,8	28,3
Serviços	65,8	66,9	67,1	66,3	65,7
% PIB Indústria					
Extrativa Mineral	7,9	8,8	10,0	11,1	12,1
Transformação	61,4	59,9	58,2	56,8	55,3
Construção Civil	19,1	19,2	19,6	20,3	20,7
Prod. e dist. de água, elet. e gás	11,6	12,1	12,2	11,8	11,9

Fonte: IBGE e EPE

As projeções demonstram a Indústria se destacando em relação aos demais setores, ou seja, espera-se que a indústria cresça a índices superiores aos dos serviços e agropecuária no período projetado. O crescimento previsto para a indústria deve-se a dois motivos principais, o primeiro voltado ao mercado doméstico e o segundo ao mercado internacional. No primeiro ocorrerá o crescimento da indústria guiado pela infraestrutura e construção civil, com apoio do governo na liberação de créditos de longo prazo e em programas governamentais de incentivo a estes segmentos. No segundo, voltado ao mercado internacional, ocorrerá o crescimento da indústria guiado pelos setores em que o Brasil possui vantagem comparativa frente às demais economias e serão puxados pela demanda dos países emergente, que são na indústria siderúrgica, celulose, extrativa mineral e agroindústria.

Nestas circunstâncias a indústria extrativa mineral ganhará maior representatividade impulsionada pelo mercado internacional e a construção civil impulsionada à expansão dos investimentos em infraestrutura e dos programas habitacionais do governo. Em contrapartida a indústria da transformação perderá participação relativa. O segmento de Produção e Distribuição de Águas, Gás e Energia manterá o mesmo ritmo de crescimento.

4.3. Projeções do crescimento do PIB Catarinense para 2021

Hoje em Santa Catarina mais de 80% da população situam-se em centros urbanos e esta tendência de migração de pequenas para grandes cidades, iniciadas na década de 1960, ainda continua. Além disto, a população catarinense tem crescido a ritmos constantes e os saldos migratórios são positivos, ou seja, os números de pessoas que chegam são maiores do que os que saem. Estes fatos somados ao crescimento natural da população projeta-se para Santa Catarina em 2020 uma população superior a sete milhões de habitantes, apesar das taxas decrescentes. Segue abaixo projeção populacional para Santa Catarina, Região Sul e Brasil.

Tabela 11. Projeção Populacional para os Estados federativos da região Sul e para o Brasil

REGIÃO	2000	2005	2010	2015	2020
Santa Catarina	5.356	5.866	6.315	6.728	7.104
Região Sul	25.107	26.973	28.613	30.122	31.497
Brasil	169.799	184.184	196.834	208.468	219.077
Crescimento SC % a.a.		1,10	1,08	1,07	1,06

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas (Dados em 1.000 habitantes).

As projeções catarinenses caracterizam também uma sociedade em acelerado processo de envelhecimento, portanto do ponto de vista da transição da estrutura etária, projeta-se para a próxima década a redução do peso relativo da população jovem, aumento do grau de envelhecimento da população e o crescimento da população em idade ativa. Este último contribui diretamente para o crescimento do PIB catarinense.

Em relação ao PIB Santa Catarina aumentará o ritmo de crescimento para o período 2012-2021 em relação ao período 2002-2010. Na primeira década a economia catarinense cresceu em média 3,4% ao ano, enquanto a economia brasileira cresceu 3,9% ao ano. Projeta-se para a próxima década que o PIB de Santa Catarina crescerá em média 4,06% ao ano, enquanto o PIB Brasileiro crescerá 4,7% ao ano. O crescimento será maior para o período 2017-2021 do que para os próximos cinco anos. Isto porque a economia catarinense acompanha o crescimento da economia nacional que terá seus indicadores econômicos mais positivos a partir da segunda metade da próxima década devido ao aumento da participação das economias emergentes na economia mundial. O crescimento da economia catarinense estará

diretamente ligado à expectativa de aumento da demanda interna bem como na perspectiva de maior volume de investimentos como poderemos ver a seguir na tabela 12.

Tabela 12. Taxa de crescimento do PIB Catarinense (média do período)

	Histórico		Projeções	
	2002-2006	2007-2010	2012-2016	2017-2021
PIB catarinense (% a.a.)	2,94	3,57	3,83	4,30

Fonte: IBGE e SPG/DEGE/ Gerência de Estatística e Epagri (Histórico)

Elaboração própria: Projeções

As projeções acima realizadas foram embasadas na perspectiva de que a economia catarinense sempre esteve articulada aos processos ocorridos na economia nacional, não possuindo desta forma característica própria e dinâmica interna específica da economia catarinense. Desta forma foi realizada a comparação do comportamento do crescimento econômico brasileiro e catarinense da última década, analisado estudos das previsões e tendências do mercado nacional para os próximos dez anos e projetado proporcionalmente para a economia catarinense. Ou seja, as projeções foram realizadas seguindo, proporcionalmente, o crescimento econômico nacional. Segue abaixo gráfico do PIB catarinense para o período 2002 a 2021.

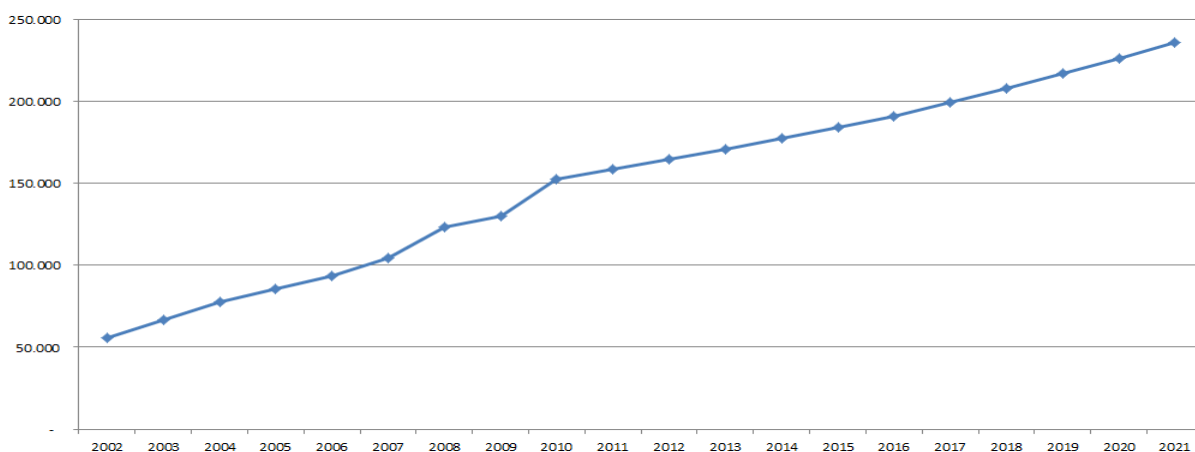


Gráfico 12 - PIB Catarinense de 2002 a 2021 (valores correntes em R\$ milhões)

Fonte: IBGE e SPG/DEGE/ Gerência de Estatística e Epagri (Histórico)

Elaboração própria: Projeções

De acordo com o gráfico acima o PIB de Santa Catarina sairá de R\$ 164,386 bilhões em 2012 para R\$ 235,818 bilhões em 2021, ou seja, crescimento médio de 4,06% ao ano. Quanto ao PIB per capita, gráfico 13 abaixo, SC possuirá indicadores superiores à média nacional.

Enquanto Santa Catarina apresentou o PIB per capita de R\$ 24.398,00 no ano de 2010, o Brasil teve R\$ 19.766,00. Apesar de o PIB per capita catarinense ser maior do que a média nacional, na última década a média das taxas de crescimento foram iguais. Desta maneira projeta-se para a próxima década tanto para o Brasil quanto para Santa Catarina um crescimento de 6,4% ao ano. Em 2021 Santa Catarina terá um PIB per capita de aproximadamente R\$ 48.274,00 enquanto a média nacional será de R\$ 39.109,00.

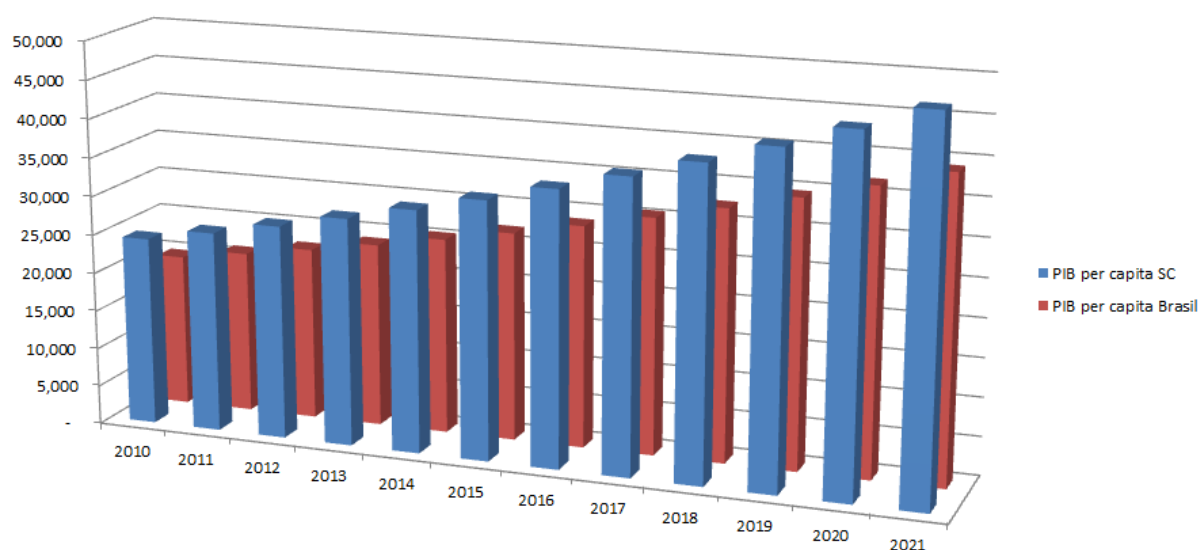


Gráfico 13 - PIB per capita Santa Catarina e Brasil – 2010 a 2021

Fonte: Autor

Elaboração própria: Projeções

Quanto à participação setorial da Agropecuária, Indústria e Serviços, o estado catarinense nos anos de 2001 a 2010 reduziu a participação da Agropecuária no PIB e aumentou a participação da Indústria e dos Serviços. Isto evidência uma condição de modernização da economia estadual, o que é comprovado pelo aumento gradual da participação catarinense no total da economia brasileira, significando assim que o estado vem ampliando sua competitividade econômica. Santa Catarina é o segundo estado do Brasil com maior participação da Indústria na formação do PIB, perdendo apenas para o Amazonas. Para a próxima década a projeção da evolução setorial estará ligada às premissas gerais da economia mundial e nacional. Espera-se para o período 2012-2021 que o crescimento da participação da Indústria ocorra a níveis superiores aos demais setores, Agropecuária e Serviços. O aumento da participação da Indústria se dará em detrimento ao setor de Serviços que perderá espaço na composição do PIB.

Tabela 13. PIB: Participação setorial relativa (% PIB Brasil)

Ano	Santa Catarina			Brasil		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
2001-2010	8,40	33,80	57,50	5,90	27,50	66,60
2011	8,35	33,21	57,80	5,90	27,00	67,10
2012-2016	8,35	34,20	57,20	5,90	27,80	66,30
2017-2021	8,50	34,80	56,60	6,00	28,30	65,70

Fonte: IBGE (Histórico); EPE (Projeções Brasil)

Elaboração Própria (Projeções de SC)

Como já ressaltado anteriormente as indústrias com maior participação no PIB sofrerão algumas mudanças no período projetado. A tendência é de aumento na participação da Indústria Extrativa Mineral, guiada pelo crescimento do mercado internacional e aumento também na Construção Civil que será reflexo do crescimento deste mercado a nível nacional. Os principais impulsionadores serão os investimentos em infraestrutura e programas habitacionais do governo. A Indústria da Transformação perderá participação relativa enquanto a Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana manterá com os mesmos níveis de participação.

Tabela 14. % PIB Indústria: Indústrias com maior participação no PIB (Média do período)

ANO	Santa Catarina			
	Indústria Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Construção Civil	Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.
2001-2010	1,2	70,8	14,3	13,7
2011	1,43	67,93	14,63	14,1
2012-2016	1,6	66,3	15,2	13,6
2017-2021	1,73	64,55	15,45	13,75
ANO	Brasil			
	Indústria Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Construção Civil	Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.
2001-2010	8,35	60,65	19,15	11,85
2011	10	58,2	19,6	12,2
2012-2016	11,1	56,8	20,3	11,8
2017-2021	12,1	55,3	20,7	11,9

Fonte: IBGE (Histórico); EPE (Projeções Brasil) e Elaboração Própria (Projeções de SC)

Realizando uma comparação entre o estado catarinense e o Brasil é possível perceber que a Indústria Extrativa Mineral é pouco participativa na composição do PIB do Estado frente a

sua importância na participação do PIB nacional. Em detrimento a isto a Indústria da Transformação possui maior representatividade no PIB catarinense frente a sua participação no PIB brasileiro. Para Santa Catarina a participação na Indústria saíria, na média de 2001-2010, de patamares de 1,2%, 70,8%, 14,3% e 13,7% para Indústria Extrativa Mineral, transformação, Construção Civil e Água, Gás, Energia Elétrica, respectivamente, para 1,73%, 64,55%, 15,45% e 13,75% para o período 2017-2021.

Em relação a Balança Comercial catarinense a tendência para o período 2012-2021 é de aumento das transações internacionais, tanto das exportações quanto das importações, porém este último terá crescimento mais expressivo do que as exportações. As projeções para o saldo da balança comercial de Santa Catarina é de redução para a próxima década, devido principalmente ao aumento das importações.

A importação de Bens de Capital por parte das empresas para suprirem os investimentos previstos para o período, bem como o aumento da demanda interna por Produtos Duráveis e Não-duráveis externos, serão os principais motivos para a redução do saldo da Balança Comercial.

Nos gráficos 14 e 15 abaixo, referente às exportações e importações catarinense e brasileira para o período 2002-2020, é nítido o crescimento inferior das exportações catarinenses frente ao crescimento das exportações brasileiras, como é perceptível também o crescimento superior das importações catarinense frente as importações brasileiras.

No ano de 2015, aproximadamente, uma redução nos fluxos de capital forçará uma depreciação cambial e um ajuste do déficit da Balança. Entre o período de 2010-2015 a Balança poderá se deteriorar, mas tendo em vista que a corrente de comércio crescerá bastante ao longo dos anos, a resposta da Balança Comercial à depreciação cambial a partir de 2015 ocorrerá.



Gráfico 14 - Crescimento das Exportações anuais de Santa Catarina e do Brasil (%)

Fonte: UFRJ (Histórico e Projeções Brasil)

Elaboração Própria: (Projeções de SC)

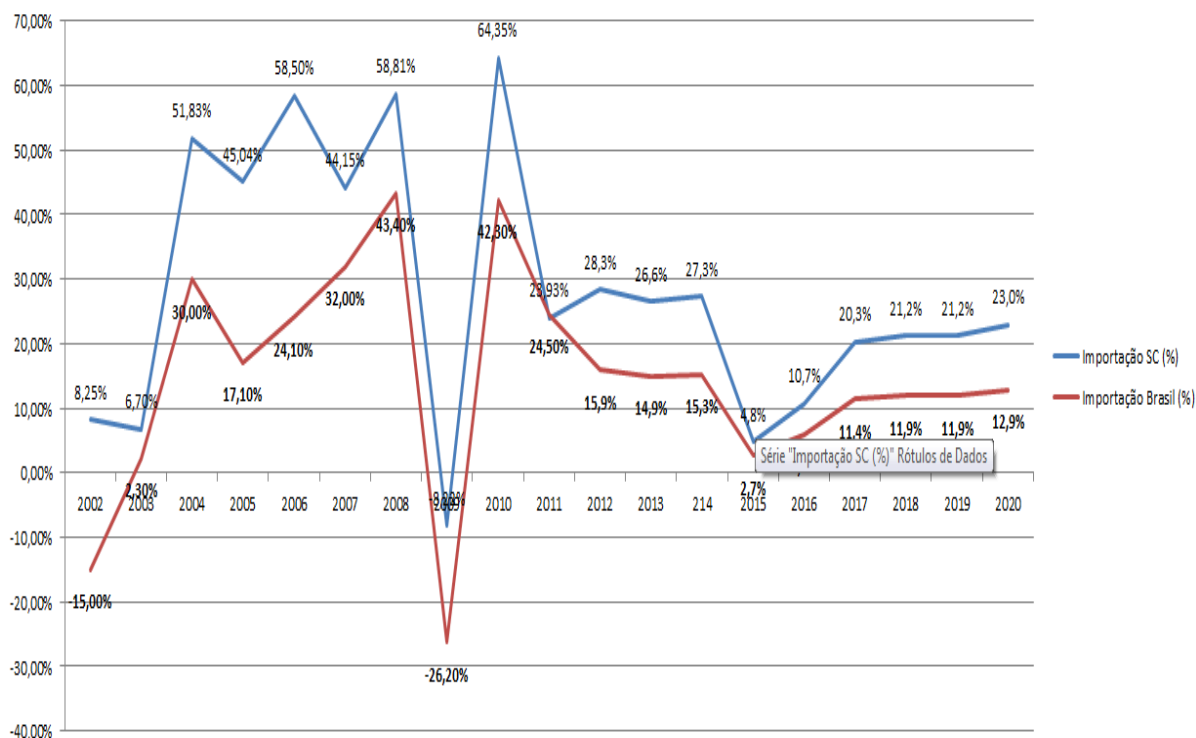


Gráfico 15 - Crescimento das Importações anual de Santa Catarina e do Brasil (%)

Fonte: UFRJ (Histórico e Projeções Brasil)

Elaboração Própria: (Projeções de SC)

CAPITULO V

LIMITAÇÕES PARA O CRESCIMENTO DO PIB NO BRASIL E SANTA CATARINA

Segue abaixo três pontos que hoje influenciam negativamente o crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil e Santa Catarina, são eles a “Desindustrialização”, Infraestrutura Logística e Custo Brasil. Ambas se interligam e precisam de ações concretas para que mudanças ocorram e o país possa crescer dentro das perspectivas de planejamento. Neste capítulo procurou-se trazer de forma resumida as principais limitações enfrentadas pelo Brasil para o crescimento do PIB bem como as principais soluções e investimentos necessários.

5.1. Desindustrialização

O conceito de desenvolvimento econômico, como já ressaltado anteriormente, engloba as dimensões econômicas, política e social de uma sociedade de modo que ocorra o aumento da riqueza material e o aumento do bem-estar da população. Com isso a esfera econômica tem fundamental importância na busca do desenvolvimento e o setor econômico mais relevante é a indústria, que é a fonte geradora do crescimento do produto agregado de um país, sendo assim um dos pilares de sustentação do desenvolvimento econômico.

Para Thiwall (2002) e Tregenna (2009) (apud FIESC, 2012), no segmento industrial a indústria da transformação é a que possui maior relevância no crescimento do produto agregado. Isto devido aos altos efeitos de encadeamentos para frente e para trás nas cadeias produtivas; mudanças tecnológicas e progresso técnico difundem-se para outros setores da economia; ganhos com economias de escala; entre outros. Com isso o crescimento da indústria da transformação é um dos principais indicadores para analisar e avaliar o processo de desindustrialização no Brasil e Santa Catarina.

De acordo com a FIESC (2012) há indícios, através de dados agregados de mais de uma década, de que Santa Catarina passa por um processo de desindustrialização relativa. Ou seja,

a indústria perde gradativamente participação na atividade econômica. Vale ressaltar que a indústria não deixa de crescer, porém cresce a taxas inferiores a do restante da economia.

A desindustrialização catarinense na indústria da transformação é considerada relativa, pois ocorre com diferentes graus de intensidade nos diversos setores da economia. Por exemplo, os segmentos de madeira e móveis são os que mais estão sofrendo com este processo. Os setores de Cerâmica, Têxtil e Calçados sofrem também com o processo de desindustrialização relativa, uma vez que há perda de participação na criação de emprego e na geração de valor na produção. Alguns segmentos como alimentos, plásticos, papel e celulose, máquinas e equipamentos e material de transporte sofrem com a queda no Valor Adicionado da Produção, porém ocorre o crescimento no nível de emprego, ou seja, é um nível de desindustrialização intermediário.

Há também os segmentos da economia catarinense que não mostram evidências de desindustrialização, como é o caso do setor vestuário; máquinas, aparelhos e material elétrico; bebidas; fumo; química; metalurgia básica; produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos); eletroeletrônica; equipamentos médico-hospitalares e veículos automotores. Nestes segmentos ocorreu o aumento tanto da participação no Valor Adicionado como na geração de novas vagas de trabalho.

Importante ressaltar que este processo de desindustrialização ocorre também na economia nacional, não sendo característica específica da economia catarinense. Na trajetória de desenvolvimento da economia brasileira existe um forte crescimento da indústria no período de 1945 a 1980, onde sua participação no PIB passou de 20% em 1947 para 36% em 1980. Porém, de acordo com IEDI (2012), em 2011 a participação da indústria no PIB nacional foi de apenas 15%, indicando sua redução na participação do Produto Interno bruto nacional.

Analisando a trajetória do crescimento do PIB e da indústria da transformação a partir de 1970, no gráfico abaixo, é possível perceber a perda de dinamismo industrial. Existe um crescimento equivalente entre o PIB e a indústria até 1980, após disto as curvas começam a se distanciar de modo que o segmento produtivo perde impulso nos anos seguintes.

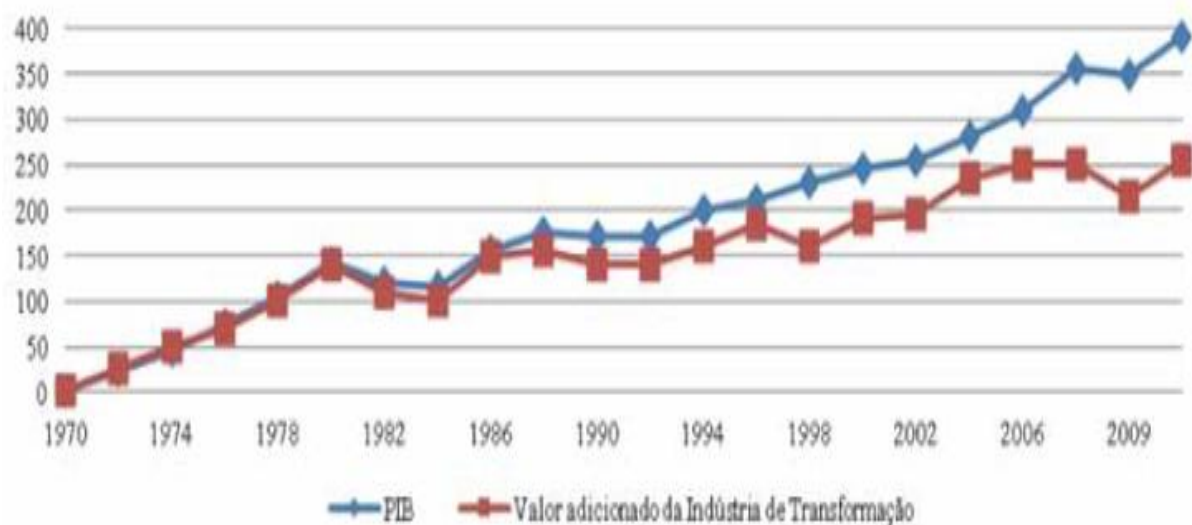


Gráfico 16 - PIB e valor adicionado da indústria da transformação do Brasil, 1970-2010 – base 1970 =100

Fonte: Contas nacionais - IPEADATA

Segundo o professor do departamento de economia da UFSC, Sílvio Cário, a indústria que sempre foi carro chefe da criação da riqueza vem perdendo espaço ao longo dos anos. Esta tendência ocorre também na economia catarinense, onde em 1996 a indústria representava 26% do PIB e em 2009 fechou com apenas 22%. Segundo Sílvio Cário, o setor só não perdeu mais participação por conta da ascensão dos segmentos de infraestrutura que engloba energia elétrica, gás e esgoto (CARVALHO JR., et.al., 2007).

Outra preocupação para o estado catarinense é o aumento da participação dos produtos básicos na pauta de exportação. Enquanto no ano 2000, 67% dos produtos exportados eram industrializados contra 33% de produtos básicos. Em 2011, a proporção mudou para 54% de industrializados embarcados contra 46% de produtos básicos. Isto resulta na perda de competitividade de produtos manufaturados brasileiros no mercado internacional.

A evidência de desindustrialização com base em dados de desempenho do comércio exterior se justifica por dois motivos principais. Primeiro, a perda no ritmo de crescimento das exportações, uma vez que o crescimento catarinense não acompanha o ritmo de crescimento brasileiro. E segundo é que a taxa das importações de Santa Catarina são muito mais elevadas do que as taxas brasileiras.

De acordo com FIESC (2012) os principais problemas deparados pela estrutura industrial que têm contribuído para o processo de desindustrialização em Santa Catarina são a taxa de câmbio apreciada; carga tributária elevada; taxa de juros elevada; custo de energia elevado; sistema de transporte deficiente; qualidade questionável da mão-de-obra; falta de incentivo à inovação; e falta de fomento e regulação comercial.

Ao nível geral segue abaixo conjunto ações a serem realizadas de forma a contribuir com a melhora da competitividade industrial:

- Estímulo ao investimento produtivo: desoneração tributária, como a redução do IPI para aquisição de Bens de Capital. Assim como a concessão de crédito de longo prazo para o financiamento dos investimentos em Bens de Capital;
- Programa de qualificação do trabalhador: investimento na expansão de cursos técnicos e profissionalizantes;
- Desenvolvimento de atividades inovativas: financiamento à empresas que desenvolvem inovações internas e externas; regime tributário específico para incentivar práticas empresariais inovativas;
- Apoio à indústria nacional: redução de custos produtivos;
- Promoção de aglomerações produtivas especializadas: ações voltadas a promover maior divisão do trabalho no local, atrair fornecedores capacitados e criar instituto de pesquisa;
- Apoio ao mercado interno: melhoria na distribuição de renda e ações ativas em programas de inclusão social;
- Estímulo à inserção externa ativa: desoneração das exportações; ampliação dos créditos; exigência de certificação; combate às importações ilegais e corte em incentivos à importação;
- Criação de arcabouço institucional: elaboração de estratégia de desenvolvimento industrial, estabelecendo comitê de gestão, coordenação, execução, entre outros;

5.2. Infraestrutura Logística

Com a globalização e consequente aumento da concorrência do mercado internacional tanto os países como as empresas buscam diferencial competitivo visando o crescimento. A infraestrutura é um fator fundamental para a competitividade tornando-se necessário para o crescimento econômico. Por isso o investimento em infraestrutura, por parte do Estado, buscando a qualidade é de fundamental importância para aumentar a eficiência do setor.

Tabela 15. Sumário Financeiro do Consolidado de Projetos (R\$)

Modal	Nr. de Projetos	% do Total	Investimento Residual	% do Total	Nacionais	Bi-nacionais	Internacionais
Rodoviários	60	33,90%	20.405,80	29,00%	15.699,30	496,10	4.210,40
Hidroviários	21	11,90%	5.049,00	7,20%	1.440,20	2.807,80	801,00
Ferrovíários	59	33,30%	38.580,40	54,90%	21.717,20	172,80	16.690,50
Portos	29	16,40%	3.984,50	5,70%	2.971,10	-	1.013,40
Aeroportos	7	4,00%	1.735,00	2,50%	1.735,00	-	-
Dutoviários	1	0,60%	561,60	0,80%	561,60	-	-
TOTAL	177	100%	70.316,30	100,00%	44.124,40	3.476,70	22.715,30

Fonte: Macrologística

O Estado de Santa Catarina possui a característica de ter regiões divididas de acordo com a atividade econômica. Porém, para o escoamento da produção, tanto a malha rodoviária, que é o principal meio de transporte utilizado no estado, quanto a malha ferroviária não correspondem ao grau de modernização da indústria catarinense.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) a infraestrutura da região Sul do Brasil precisa de R\$ 70 bilhões em investimentos em rodovias, ferrovias e portos para eliminar os gargalos existentes e aumentar a competitividade de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

O estudo realizado chamado “Sul Competitivo” avalia que existem 177 projetos de infraestrutura no Sul a serem realizados nos próximos anos. Destes, 51 são prioritários e demandariam R\$ 15,2 bilhões de reais em investimentos.

Um dos pontos mais críticos é o setor rodoviário, onde estudo realizado pela CNI revela a necessidade de investir nas 14 principais rodovias da região, cujo tráfego excede mais de

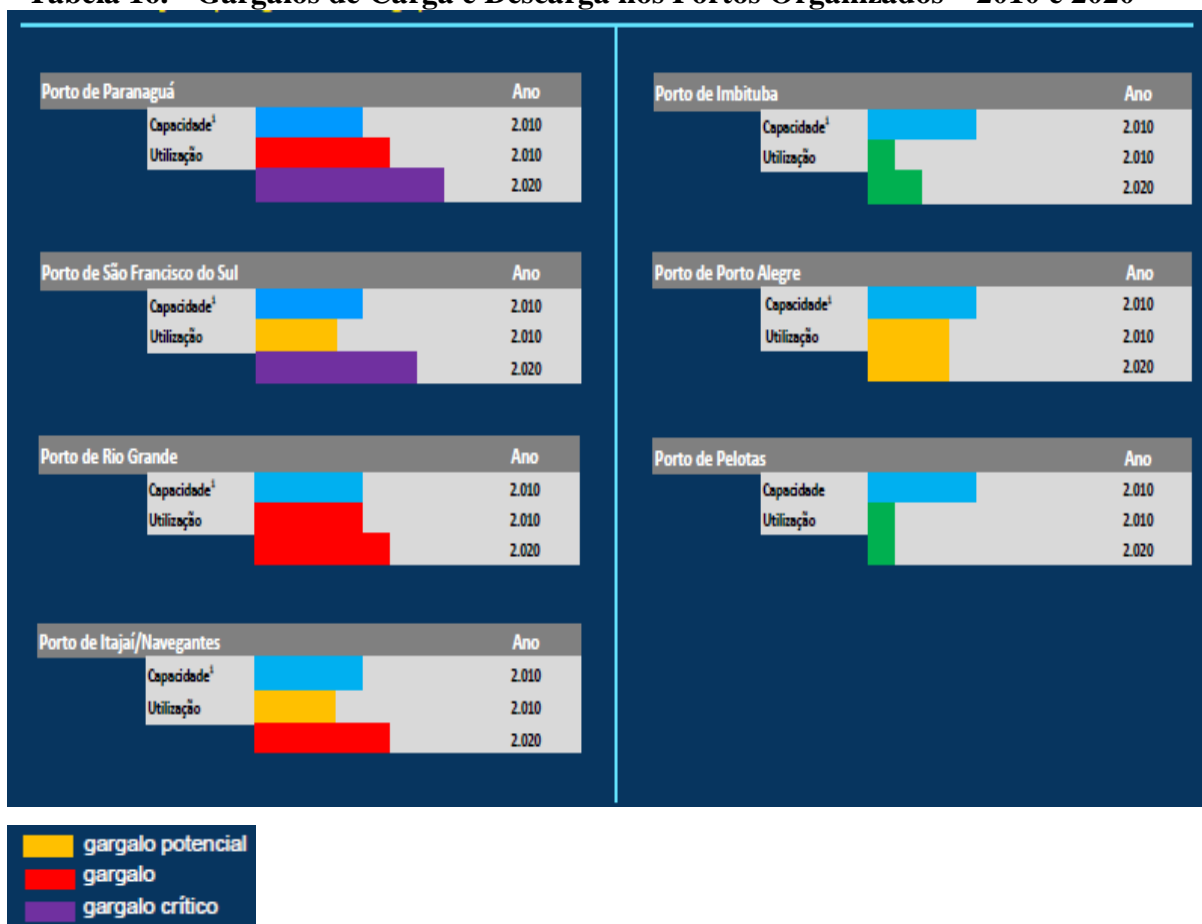
100% a capacidade das pistas. A previsão é que se os devidos investimentos não forem realizados até 2020 o volume que será transportado irá ultrapassar em quase 500% o limite previsto. A estimativa é também que os custos logísticos de transporte da região Sul aumentem de R\$ 30,6 bilhões em 2010 para R\$ 47,8 bilhões em 2020 caso os investimentos não sejam feitos, reduzindo desta forma a competitividade do estado e das empresas inseridas nesta região.

Os projetos de maior relevância para desafogar as rodovias BRs 101 e 116, que são as principais da região sul, são a construção do contorno da grande Florianópolis e de Guaratuba, acesso ao Porto de Itajaí, duplicação do acesso ao Porto de Imbituba, ponte sobre a Baía Guaratuba e pavimentação da ligação entre BR-101 e Itapoá. O projeto prevê também a construção de duas rodovias prioritárias que são as BRs 153 e a Boiadeira. A primeira será a ligação entre São Paulo e Buenos Aires e a segunda será a ligação do porto de Paranaguá com a fronteira do Paraguai.

No setor ferroviário é necessário o investimento de aproximadamente 50% da demanda total, ou seja, prevê que são necessários R\$ 38,5 bilhões para escoar a produção com custos menores do que os atuais. Os projetos prioritários para as ferrovias são a construção do trecho sul da ferrovia Norte-Sul; a construção da ferrovia entre Guaíba – São Francisco do Sul e Paranaguá via anel ferroviário e a construção da ferrovia do Frango que cortará o estado de Santa Catarina ligando Cerqueira César no Extremo Oeste ao Porto de Itajaí no litoral.

A hidrovia é outro setor que precisa de investimento para melhoria. Estipula-se que o investimento necessário para as hidrovias são de R\$ 5 bilhões, sendo que os portos da região precisam receber R\$ 3,9 bilhões. Segue abaixo resumo dos principais gargalos de movimentação portuária na região Sul, atuais e potenciais, entre 2010 e 2020 se os devidos investimentos não forem realizados.

Tabela 16. Gargalos de Carga e Descarga nos Portos Organizados – 2010 e 2020



Fonte: Macrologística

Já no setor Aéreo a demanda é de R\$ 1,7 bilhão para a adequação dos aeroportos ao fluxo de passageiros e cargas. E por último as Dutovias precisam de R\$ 561 milhões para tornar a região mais competitiva.

5.3. Custo Brasil

O Brasil possui muitas dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas que impedem ou retardam o crescimento, como o Custo Brasil. Apesar de ocupar a sexta maior economia do mundo em 2011 o Brasil possui certos entraves para um crescimento mais robusto, minando a eficiência da indústria nacional e a competitividade dos produtos brasileiros. Em estudo realizado pela Ernst & Young Terco (2012) foi apresentado os principais desafios a serem superados pelo Brasil nos próximos anos. Entre eles estão a infraestrutura precária; sistema

tributário complexo; déficit de mão de obra especializada; baixa capacidade de investimentos público e privado; e burocracia excessiva.

Em relação a infraestrutura foi ressaltado no capítulo anterior os investimentos e soluções necessários para reduzir os gargalos existentes na região sul do Brasil. Quanto ao sistema tributário complexo, um estudo entre o IPEA e o Dieese, revelam que em 2009 os 10% mais pobres gastaram 32% de sua renda em tributos diretos e indiretos, enquanto os 10% mais ricos gastaram 21%. Este estudo demonstra que o Brasil tem uma estrutura tributária muito complexa, com muitos tributos incidentes sobre a mesma base, especialmente no caso de tributos indiretos sobre bens e serviços. Enquanto a maior parte dos países possuem no máximo dois tributos indiretos, o Brasil possui seis, com grande diversidade de legislação, que estão em permanente alteração.

De acordo com o relatório “*Doing Business*” do Banco Mundial, são necessários 2.600 horas por ano para as empresas brasileiras de médio-porte pagarem seus impostos, enquanto na Argentina, China e Índia são necessários 415, 398 e 254, respectivamente. O resultado de toda esta complexidade são produtos menos competitivos, que chegam mais caros nas loja e sofrem maior concorrência do produtos internacionais.

Lidar com a falta de mão-de-obra qualificada é outra restrição enfrentada pelo Brasil atualmente e que ainda deve se manter no médio prazo. Apesar de o nível de educação da população estar aumentando e existir, ainda que de forma tímida, o investimento na expansão de cursos técnicos profissionalizantes, a mão-de-obra qualificada ainda é insuficiente em áreas de extrema importância para o crescimento econômico nacional.

Iniciativas pontuais públicas e privadas eficientes na área de educação estão sendo realizadas, porém, existe um longo caminho a ser percorrido para solucionar os problemas enfrentados. De imediato, a solução é manter a contratação de mão-de-obra qualificada de estrangeiros e trabalhar de forma a atrair e reter talentos devido a alta concorrência por estes profissionais.

A Burocracia excessiva é outro ponto determinante. Segundo o Banco Mundial, entre 183 países o Brasil ocupa o 126º lugar quando se analisa a facilidade de se fazer negócios. O país

ficou abaixo da média da América Latina que ficou em 95º colocação e atrás também de países como Argentina, México, Chile e Japão.

O estudo revela que são necessários em média 13 procedimentos para abrir um negócio, que demora aproximadamente 119 dias. Alguns procedimentos são homologação da empresa em diferentes órgãos de supervisão, o registro dos funcionários e licenças ambientais. Ou seja, os custos elevados iniciam-se antes mesmo que se inicie qualquer produção.

CONCLUSÃO

O PIB é um indicador padrão que mensura o crescimento de uma economia e possibilita realizar a comparação entre países e períodos diferentes. Apesar de existir alguma margem de imprecisão, é o indicador mais completo e que contabiliza o valor de todos os bens e serviços finais produzidos em uma economia em determinado período. Desta forma os responsáveis pela política econômica conseguem desenhar políticas industriais e alternativas produtivas visando o crescimento, bem como os empresários conseguem determinar a direção futura da demanda pelos seus produtos.

Para o país e sociedade é importante mensurar tanto o crescimento econômico quanto o desenvolvimento econômico. O primeiro visando a acumulação de capital, crescimento da população e progresso tecnológico. O desenvolvimento econômico vai além do caráter quantitativo e mensura também o crescimento do bem-estar econômico, diminuição dos níveis de pobreza, melhoria na saúde, educação, desemprego, entre outros.

Neste trabalho buscou-se analisar o crescimento econômico catarinense para o período 2011-2021, tendo o PIB como o principal indicador. Analisando os dados apresentados no período 2000-2010, é perceptível que Santa Catarina possui alguns resultados que precisam ser melhorados, tais como: aumento das importações de bens de capital em relação à importação de insumos; expansão no crescimento do PIB de forma a ter maior representação da produção a nível nacional, visto que SC representou em 2009 apenas 4% do PIB nacional; aumento das exportações de artigos manufaturados; entre outros fatores.

Dentro da perspectiva de que a economia catarinense esteve sempre articulada ao processo de industrialização ocorrido a nível nacional do que uma dinâmica interna específica de sua economia, analisou-se o crescimento econômico catarinense e brasileiro para o período 2000-2010, bem como a correlação existente entre estas economias, nacional e estadual. A partir disto sobre o embasamento no estudo da projeção da economia brasileira para o período 2011-2021 foi projetado o crescimento da economia catarinense para este mesmo período.

Na primeira década do século XXI o PIB Catarinense saiu do valor de R\$ 55,7 bilhões em 2002 para R\$ 152,48 bilhões em 2010. A média de crescimento real do PIB para este período foi de aproximadamente 3,3% ao ano, sendo o ano de maior crescimento de 2003 para 2004, com crescimento real de 7,54%. Para a economia nacional a taxa média real de crescimento para o mesmo período foi de aproximadamente 3,5% ao ano. Ambos com crescimentos muito parecidos, apesar de que nos últimos anos da primeira década o PIB catarinense não acompanhou o ritmo de crescimento da economia nacional.

A relação PIB per capita SC/Brasil é positiva e superior a 1(um), ou seja, em valores correntes o PIB per capita catarinense é superior a média nacional. Apesar de algumas oscilações negativas o PIB per capita catarinense e brasileiro mantiveram crescimentos consistentes no período. Quanto a participação dos setores no PIB, a economia brasileira e catarinense seguem a mesma ordem dos setores com maior participação, sendo Comércio e Serviços; Indústria; e Agropecuária, na respectiva ordem. É perceptível na última década a queda do valor adicionado da indústria, que apesar de ter crescido em valores absoluto sua participação na composição do PIB caiu.

Quanto a balança comercial no período estudado os indicadores catarinenses apresentaram resultados piores do que a média nacional. Ou seja, as exportações cresceram de forma mais tímida enquanto as importações cresceram a ritmos surpreendentes. O saldo da balança comercial catarinense reduziu de US\$ 2,17 bilhões em 2001 para US\$ - 5,79 bilhões em 2011. Hoje Santa Catarina representa 3,54% das exportações brasileiras e 6% das importações.

Para as projeções brasileira e catarinense para o período 2011-2021, constatou-se que o Brasil crescerá acima da média mundial embasado principalmente na expectativa de evolução do aumento da demanda interna e na perspectiva de maior volume de investimentos internos e externos. Projeta-se que até 2021 o PIB mundial cresça a uma taxa média de 4% ao ano, o PIB brasileiro a 4,7% ao ano e o PIB catarinense a 4,1% ao ano. Nesta data Santa Catarina terá uma população superior a 7 milhões de habitantes.

O PIB de Santa Catarina em 2021 será de R\$ 235,8 bilhões, sendo que o PIB crescerá a níveis mais elevados a partir da segunda metade da próxima década. Isto porque no período de 2017-

2021 os países desenvolvidos sofrerão os efeitos das políticas adotadas de modo a solucionar os problemas de solvência do setor público e maior regulação sobre o sistema financeiro internacional, enquanto as economias emergentes ganharão espaço e aumentarão sua participação na economia mundial.

Santa Catarina terá um PIB per capita, em 2021, de aproximadamente R\$ 48.274,00, que representa um crescimento de 6,4% ao ano, sendo um dos melhores índices do país. Espera-se para o período projetado que a indústria aumente sua participação na composição do PIB em detrimento ao setor de serviços que perderá espaço. Isto evidenciará uma modernização da economia catarinense que terá aumento gradual da sua participação no PIB nacional. As industriais que terão crescimentos mais significativos serão a Extrativa Mineral e a Construção Civil.

Já a Balança Comercial catarinense e brasileira seguirá uma tendência de crescimento tanto das exportações como das importações. Porém a importação crescerá a um ritmo mais elevado do que as exportações, reduzindo assim o saldo da balança no período projetado. Sobressair-se-á a exportação de commodities enquanto os maiores volumes das importações serão de bens de capital necessários para atender o aumento dos investimentos e bens duráveis e não duráveis.

Para que o crescimento esperado efetivamente ocorra investimentos e ações concretas deverão ser realizadas para que o Brasil e Santa Catarina superem algumas limitações ao crescimento. Entre as principais ações destacam-se a desoneração tributária, programa de qualificação de mão-de-obra, investimentos em infraestrutura, redução da burocracia que hoje é excessiva, organizar o sistema tributário e reduzir impostos, apoio a indústria nacional e outros.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL o relatório “*Doing Business*”. Disponível em:
http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201208220757_BBB_81515301
Acesso em 12 nov. 2012.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4.Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL (2012). Brasil projeções do agronegócio 2011/2012 a 2021/2022. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em:
[http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/Projecoes%20do%20Agronegocio%20Brasil%202011-20012%20a%202021-2022%20\(2\)\(1\).pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/Projecoes%20do%20Agronegocio%20Brasil%202011-20012%20a%202021-2022%20(2)(1).pdf). Acesso em 27 mai. 2012

BRENNER, N. **Globalisation and reterritorialisation**. *Urban Studies*, v. 36, n. 3, p. L431-451, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>. Acesso em 23 jun. 2012.

CARVALHO JR., Luiz Carlos de; CARIO, Silvio Antonio Ferraz; SEABRA, Fernando. Polos Industriais do Sul do Brasil: **Experiências de Competitividade e Empreendedorismo**. Florianópolis: [s.n.], 2007. 202p.

CNM/COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA. Roteiro para elaboração de Projeto de Monografia. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/Coordenação de Monografia, 2007. Disponível em: <http://www.cse.ufsc.br/~gecon/> Acessado em: 12/09/2012.

DIEESE. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Disponível em: www.dieese.org.br. Acesso em 23 jun. 2012.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional. *Nova econ.* vol.19 no. 2 Belo Horizonte May/Sept. 2009.

EPE – Empresa de Pesquisa Energética – <http://www.epe.gov.br>

ERNST & YOUNG TERCO (2012) - <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/7-desafios-economicos-que-o-brasil-precisa-encarar?page=1>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtm>. Acesso em 24 nov. 2012.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Por que a indústria é relevante para o desenvolvimento brasileiro? Carta **IEDI**, n.525. Disponível no <<http://www.iedi.org.br>>. Acessado em 13 dez. 2012.

IPEADATA. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em 12 set. 2012.

FIESC- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Desempenho e Perspectiva da Indústria Catarinense**, Florianópolis, 2011. Disponível em: http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site_topo/pei/produtos/show/id/46>. Acesso em out. 2012.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GODOY, Arilda S. (1995). **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In Revista de Administração de empresas. Editora Atlas.

KRUGMAN, P. **Development, geography, and economic theory**. The MIT Press. Cambridge: Massachusetts, 1991.

MARKUSEN, A. **Profit cycles, oligopoly, and regional development**. Cambridge, MIT Press, 1985.

MATTAR F. N. (2007). **Pesquisa de Marketing**: Edição compacta. 4º Edição. Editora Atlas

MEIER, Gerald M. & BALDWIN, Robert E. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1969

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3130>. Acesso em: 25 abr. 2012.

MENDONÇA DE BARROS, Luiz C. **Brasil: O que esperar de 2012?** Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/uploads/recursos/a4aba6d0c486c944d267e2d244ddd73a.pdf> Acesso em 27 abr. 2012.

RENAULT, Michel; André Ribeiro, PAULA, Luiz Fernando e SICSU, João (organizadores). **Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. São Paulo: Editora Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2005. ISBN 8598416045.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 11.ed. SÃO Paulo: Martins Fontes, 2004.

SIQUEIRA, Tagora Villarim; FILHO, Siffert – **Desenvolvimento Regional no Brasil: Tendências e Novas Perspectivas**, Revista BNDES, v.8 n.16 dez 2001.

STORPER, M. **The resurgence of regional economies, ten years later: the regional as a nexus of untraded interdependencies**. European urbana and regional studies, v. 2, n. 3, 1995.

SWYNGEDOUW, E. A. **The heart of the place: the resurrection of locality in an age of hyperspace**. Geografiska Annsier, v. 71, n. 8, 1989.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia**: Micro e Macro. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.